

**AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: AS EXPERIÊNCIAS EM  
GESTÃO DE BENS COMUNS E INSERÇÕES  
NOS MERCADOS POR ORGANIZAÇÕES  
RURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ANA PAULA GOMES DE MELO**

**2005**

**ANA PAULA GOMES DE MELO**

**AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: AS  
EXPERIÊNCIAS EM GESTÃO DE BENS COMUNS E INSERÇÕES  
NOS MERCADOS POR ORGANIZAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Desenvolvimento e Ambiente, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 25 de fevereiro de 2005

Prof. Dr. Juvêncio Braga de Lima UFLA

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór UFMG

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro  
UFLA  
(orientador)

LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL

## **AGRADECIMENTOS**

Às minha família, Joselito, Amanda e Sabrina, pela enorme colaboração e compreensão nos momentos de muito trabalho!

À Universidade Federal de Lavras, em especial ao Departamento de Administração e Economia, pelos sete anos de aprendizagem, conhecimentos adquiridos e convivência saudável com a diversidade de idéias.

Ao professor Eduardo Magalhães Ribeiro que, com competência, seriedade, espírito crítico, criatividade e bom humor, prestou imensuráveis contribuições a este trabalho e a vários outros realizados no decorrer da minha vida acadêmica.

Ao Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino – Obers PPJ – e a todos os seus integrantes, em especial à Flávia Maria Galizoni, Thiago Rodrigo de Paula Assis, Juliana Sena Calixto, Hélder dos Anjos e Luiz Carlos Dias Rocha, companheiros numa estrada percorrida em 7 anos de história.

Ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), à Associação Regional do Mucuri de Cooperação do Pequenos Agricultores (ARMICOPAS) e à Cáritas Diocesana de Paracatu, pelo valioso apoio na realização da pesquisa de campo.

**DEDICO**

*aos Agricultores e agricultoras  
familiares das regiões Noroeste, Vale do  
Jequitinhonha e Vale do Mucuri*

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS .....	I
RESUMO .....	II
ABSTRACT .....	III
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS .....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	5
2.1 Agricultura familiar: algumas definições.....	5
2.2 A economia solidária .....	15
2.3 Os direitos de propriedade e a gestão de bens comuns por populações rurais .....	20
2.4 O capital social.....	25
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Fundamentos conceituais .....	29
3.2 A obtenção, coleta e análise de dados .....	32
3.3 A amostra.....	36
4 ORGANIZAÇÕES MEDIADORAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	40
4.1 O centro de agricultura alternativa vicente nica (CAV) .....	40
4.2 A associação regional do mucuri de cooperação dos pequenos agricultores (armicopa) .....	42
4.3 Cáritas diocesana de paracatu .....	46
5 OS ESTUDOS DE CASO: AS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS.....	49
5.1 Gênese, gestão e organização .....	51
5.1.1 A origem das experiências.....	51
5.1.2 A gestão dos bens comuns .....	57
5.1.3 A gestão e a organização interna das experiências.....	65
6 ORGANIZAÇÕES MEDIADORAS E RESULTADOS.....	77
6.1 Os resultados imateriais.....	77
6.1.1 No vale do jequitinhonha .....	77

6.1.2 No vale do mucuri.....	83
6.1.3 Na região noroeste .....	88
6.2 Os resultados materiais .....	91
6.4 Síntese da atuação das organizações mediadoras .....	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	115
ANEXOS.....	120
ANEXO 1.....	121
ANEXO 2.....	122
ANEXO 3.....	127

## ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1 Características gerais das experiências .....	49
QUADRO 2 Indicadores de protagonismo .....	72
QUADRO 3 Indicadores de participação .....	75
QUADRO 4 Resultados imateriais I .....	99
QUADRO 5 Resultados imateriais II .....	102
QUADRO 6 Resultados materiais .....	105
QUADRO 7 A atuação das organizações mediadoras .....	107

## RESUMO

MELO, Ana Paula Gomes de. **Agricultura familiar e economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais.** 2005. 127p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG\*.

Esta pesquisa consiste em um estudo sobre a economia solidária que se desenvolve no âmbito da agricultura familiar do estado de Minas Gerais. Procurou-se compreender as trajetórias e concepções próprias dos agricultores e agricultoras familiares sobre suas experiências de empreendimentos coletivos. Direciona maior atenção às formas historicamente construídas de lidar com a gestão de bens comuns, mas há também a preocupação em compreender as formas de inserção nos mercados, a relação estabelecida com as organizações mediadoras e avaliar os ganhos econômicos ou não econômicos – resultados materiais e imateriais – advindos das experiências coletivas. Trata-se de um estudo multicaso, no qual foram pesquisadas 15 experiências de empreendimentos coletivos nas regiões mineiras do alto Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Noroeste, regiões de atuação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, da Associação Regional do Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores e Cáritas Diocesana de Paracatu, respectivamente. Observou-se que as características das relações sociais, os laços de solidariedade e confiança preexistentes nos grupos influem na elaboração de critérios e normas de gestão, assim como na elaboração de mecanismos de participação interna e na relação com organizações externas. Além disso, pôde-se perceber que, em decorrência destas experiências coletivas, os(as) camponeses(as) têm alcançado diversos ganhos, tanto materiais, que se referem à sua inserção nos mercados e à geração de renda às famílias, quanto imateriais, que são os resultados em termos de formação de redes e conquista de parcerias, de influência nas políticas públicas, de capacitação, de sociabilidade, de auto-estima, etc.

---

\*Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA



## ABSTRACT

MELO, Ana Paula Gomes de. **Family agricultural and partnership economy: the experiences of ordinary goods management and insertion on markets by rural organizations in the state of Minas Gerais.** 2005. 127p. Master of Science with Major in Administration. Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.\*

The present research consists in a study about the partnership economy which develops in the family agricultural extent in the state of Minas Gerais. It also seeks to understand the ways and concepts of farmers on their experiences in collective undertaking. The present work also directs its attention to the historical forms built to deal with the ordinary goods management, as well as the concern in understanding the insertion forms on the market, the established relation among the mediator organizations and in estimating the economical and non economical profits – material and non material outcome - resulted from collective experiences. It is a multi-case study, in which 15 collective undertaking experiences were researched on the Alto Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri and Noroeste, regions of CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, ARMICOPA – Associação Regional do Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores and Cáritas Diocesana de Paracatu, respectively. It was observed that the social relation characteristics, the solidarity links pre-existent on the groups influence on working out the criteria and management norms, as well as the elaboration of internal participation mechanisms and on the relation with external organizations. Moreover, it could realize that due to collective experiences farmers have reached various profits, as much as materials, regarding to the insertion on the markets and production of income to the families, as non-materials, that are the outcomes in terms of network formation and partnership achievement and influence on public policy, on empowerment, on sociability and self-affection.

---

\*Adviser: Prof. Dr. Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA

## **1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

A agricultura familiar é uma categoria social do meio rural brasileiro que sempre despertou o interesse de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento. Há bastante tempo têm se realizado estudos procurando compreender suas características, valores culturais, história e formas de reprodução social, que permitem sua sobrevivência e manutenção até os dias de hoje.

Entre os temas emergentes, acerca da agricultura familiar, destaca-se a comercialização vinculada ao associativismo. Embora não seja inédita, esta temática retorna em novo cenário, caracterizado pelo crescimento da expressão dos movimentos sociais e das experiências conjuntas de produção e comercialização na economia, tanto no meio rural quanto no urbano. Além disso, é evidente o interesse cada vez maior de diversas entidades não governamentais – ONGs, agências de cooperação internacional – e setores do Estado, que têm orientado esforços e recursos ao incentivo e fortalecimento de ocupações alternativas – informais, coletivas e experimentais – encontradas pelos setores excluídos para a sua sobrevivência e manutenção num mercado globalizado e competitivo.

Entre as metas destas diversas organizações, destaca-se a disseminação de valores solidários, a prática da autogestão, a não exploração dos trabalhadores, a divisão eqüitativa de benefícios, a produção ética e ambientalmente correta e a criação de uma rede mundial de economia solidária. No que se refere, especificamente, à agricultura familiar, enfatizam-se as potencialidades de comercialização conjunta, a agregação de valor, a certificação social, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o crédito solidário e outras idéias e projetos, visando apoio e fomento à agricultura

familiar. No entanto, nem sempre se considera a complexidade que envolve as características específicas e as lógicas que orientam a agricultura familiar, suas formas de produção, de organização do trabalho e da família, os circuitos de trocas internos às comunidades, as práticas culturais de solidariedade, a relação com mercados externos, as estratégias para lidar com a gestão de bens comuns e de se organizar em torno de objetivos comuns.

Em outra direção, os estudos sobre a gestão de bens e recursos comuns têm se destacado, no que concerne às populações tradicionais e às comunidades de agricultura familiar. São analisadas normas de gestão de bens comuns estabelecidas ao IONGo do tempo pelas populações locais, que visam conservá-los, ao mesmo tempo em que se faz o uso para a reprodução familiar. Porém, tais estudos não têm se direcionado à compreensão da gestão de outros tipos de bens comuns, que não são exclusivamente naturais, embora não haja algum impedimento neste sentido.

Diante dessa realidade, nesta dissertação procurou-se vincular teoricamente o tema da economia solidária à gestão de bens comuns em comunidades e assentamentos de agricultura familiar, considerando que “bens comuns” compreendem quaisquer tipos de bens, naturais ou materiais, tais como uma floresta, um trator, uma cooperativa ou uma escola. Parte-se do pressuposto de que é importante que o movimento nacional da economia solidária, fomentado pelas organizações não-governamentais e setores do Estado, considere que, paralelamente à formulação de projetos de apoio, é importante aprofundar no conhecimento das práticas e normas de gestão de bens comuns e nas formas de organização interna presentes em cada experiência coletiva específica, seja uma agroindústria, uma associação ou quaisquer outras formas de organizações associativas presentes em comunidades ou assentamentos de agricultores familiares. Investigar estas práticas e normas de gestão significa introduzir um tema de profundidade, pois, por trás de práticas e normas

estabelecidas encontram-se valores, lógicas e características das relações sociais que interagem em diversas dimensões – cultural, social, econômica, religiosa e política – e são particulares a cada grupo social, influenciando na sua dinâmica interna e na sua maneira de relacionar com as organizações da sociedade, do Estado ou do mercado.

Embora os estudos recentes sobre a economia solidária ressaltem a importância de mudanças nas relações de trabalho e nos valores individualistas das sociedades capitalistas, o principal argumento em defesa dessas práticas alternativas de economia refere-se à possibilidade de ganhos econômicos para seus participantes. Por outro lado, nem sempre são as melhorias em renda para as populações excluídas o principal resultado dessas experiências conjuntas. Muitas vezes, os ganhos não materiais, tais como aumento da auto-estima do grupo, de conhecimentos técnicos, do exercício da cidadania e da participação política são os maiores benefícios advindos dessas experiências.

Nesta perspectiva, este estudo procura focalizar as trajetórias e concepções próprias dos agricultores e agricultoras familiares sobre suas experiências de empreendimentos coletivos. Aborda as formas historicamente construídas de lidar com a gestão de bens comuns e com a organização interna, a relação estabelecida com as organizações de apoio à economia solidária e a avaliação dos sujeitos sociais – integrantes das experiências – sobre resultados econômicos e não econômicos – resultados materiais e imateriais –, alcançados em decorrência destas atividades conjuntas.

O objetivo desta dissertação, então, foi analisar, isolada e comparativamente, algumas experiências de empreendimentos coletivos nas regiões mineiras do Alto Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Noroeste, regiões de atuação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Associação Regional do Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores e Cáritas Diocesana de Paracatu (ARMICOPA), respectivamente. Estas são

organizações mediadoras consolidadas, que existem há mais de 10 anos e se dedicam à construção de um desenvolvimento sustentável e têm como uma das linhas principais de seu trabalho o fomento à economia solidária no Brasil.

Especificamente, procurou-se caracterizar as organizações mediadoras, CAV, ARMICOPA e Cáritas Diocesana de Paracatu, observando-se suas metodologias de trabalho e a relação com as bases de agricultores, analisar a gestão dos bens comuns e a organização interna das experiências de empreendimentos coletivos e identificar os resultados materiais e imateriais conquistados. Foram considerado como resultados materiais, as relações estabelecidas com os mercados, os espaços e as condições de comercialização que os agricultores conseguem ocupar e, como resultados imateriais, a capacidade de formação de redes e parcerias, os resultados relacionados às questões culturais, de aprendizagem, de auto-estima e de sociabilidade entre os participantes.

Em última instância, o que se pretendeu foi avaliar a relação entre estes elementos e a sustentabilidade das experiências.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Agricultura familiar: algumas definições**

Agricultura familiar é conceituada sob variadas ênfases, de acordo com a contribuição de cada autor. Defini-la pelo tamanho de terra e número de trabalhadores contratados na unidade rural foi uma forma utilizada pelos órgãos de planejamento, reforma agrária e desenvolvimento rural do Brasil, principalmente para fins de estatísticas e financiamento. Porém, de forma geral, pode-se considerar que a agricultura familiar está relacionada a diversos aspectos ligados à família, ao trabalho, à terra e ao ambiente, que extrapolam limites numéricos, são associados a matrizes culturais e dificultam uma definição precisa e ampla para todo um país.

Na análise de Chayanov (1974), por exemplo, o elemento central é a quantidade de trabalho disponível na família. Segundo este autor, na unidade de produção familiar camponesa, a composição e o tamanho da família determinam o montante da força de trabalho disponível para o desenvolvimento das atividades econômicas. Ele mostra que, fazendo-se uma distinção no interior da família entre os membros trabalhadores e os consumidores (especialmente crianças e idosos), pode-se estimar por meio da relação entre ambos, a quantidade da força de trabalho de uma família. Ou seja, estima-se o número de consumidores que cada trabalhador deve manter, que varia de acordo com o tamanho e a composição da família nas suas diferentes fases ou momentos, desde o seu nascimento até a morte. Isto é, o número de consumidores e trabalhadores varia na medida em que os filhos crescem, em que começam a trabalhar, há nascimentos ou chegada de novos membros à família ou quaisquer outras razões internas. Percebe-se, então, que as modificações contínuas no tamanho e na composição das famílias afetam o volume da atividade econômica na unidade de produção familiar, entendendo-se como volume da atividade

econômica todas as formas de atividades agrícolas ou não agrícolas que contribuam para a sobrevivência ou ascensão econômica da família.

Foi incorporando a importância da família e das relações de trocas que Lamarche (1998) desenvolveu, com base em pesquisas empíricas realizadas em diversos países, uma categorização das unidades de produção rurais considerando como eixo central de sua análise a relação destas unidades com os mercados:

*“A um certo grau de integração com o mercado corresponde uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específica”* (Lamarche, 1998: 62).

Além deste fator, o autor considera o nível familiar dos comportamentos. Então, procura classificar as unidades rurais de produção de acordo com suas lógicas de funcionamento; leva em conta, de um lado, as características e a importância do trabalho familiar na unidade de produção e, de outro, o grau de dependência do estabelecimento em relação aos fatores externos: tecnológicos, financeiros e de mercado. Para tanto, investiga três temas específicos:

- a) a relação dos sujeitos com a terra, ou seja, analisa a importância dada à unidade de produção familiar e ao apego à terra;
- b) a organização do trabalho nas unidades de produção. Sobre este aspecto, investiga a participação da família na carga total de trabalho do estabelecimento;
- c) a reprodução do estabelecimento. Neste ponto, a preocupação do autor concentra-se em avaliar as funções familiares na reprodução do estabelecimento e as estratégias implementadas para isto.

Assim, Lamarche conclui que existe uma grande diversidade de estabelecimentos de acordo com as lógicas de funcionamento específicas, que combinam os “fatores familiares” e os “fatores de dependência” e desenvolve quatro modelos teóricos para a agricultura familiar, que são tipos ideais e não modelos absolutos, como adverte:

- a) *o modelo empresa*, que configura-se como um sistema pouco familiar e dependente, no qual os produtores recorrem freqüentemente a insumos e empréstimos e utilizam sistemas de produção intensivos em capital;
- b) *o modelo empresa familiar*, em que o trabalho estrutura-se principalmente em torno da mão-de-obra familiar e o patrimônio é pensado em termos da reprodução familiar, mas há uma dependência exterior dos fatores de produção e uma noção de remuneração e produtividade;
- c) *o modelo agricultura camponesa*, no qual há uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior, sendo que toda a produção e organização do trabalho é em função de satisfazer as necessidades familiares, o que possibilita uma certa autonomia a esses tipos de produtores;
- d) *o modelo agricultura familiar moderna*: considerado o modelo alternativo entre as lógicas menos familiares e as mais familiares, pois, ao mesmo tempo em que busca uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção, busca a maior autonomia possível em relação aos fatores tecnológicos, financeiros e de mercado.



Abramovay (1992) faz uma descrição semelhante, entendendo que a principal diferença entre o camponês e o agricultor familiar contemporâneo pode ser encontrada na sua relação com o mercado. Esse autor argumenta ainda que o campesinato pode ser identificado pelos laços comunitários, pelos vínculos pessoais e pelo caráter extra-econômico das relações de dependência.

Diante destas conceituações, percebe-se que as unidades de produção familiares podem ser mais ou menos integradas ao mercado, destinando sua produção exclusivamente à comercialização ou comercializando apenas o excedente da produção, que não representa o principal meio de reprodução da unidade familiar.

Por outro lado, Wilkinson (1999) mostra que, mesmo unidades familiares mais integradas ao mercado – aos complexos agroindustriais –, tendem a manter estratégias de diversificação da produção que lhes garantam uma certa autonomia em relação às regras ditadas pelo mercado.

No entanto, além da centralidade da questão do mercado, é interessante ressaltar aspectos relacionados à qualidade do trabalho e o seu significado para a agricultura familiar. Pode-se perceber que há uma diferença de concepção do “trabalho” entre a agricultura familiar e a agricultura patronal ou empresa rural. O trabalho, para as unidades familiares, menos capitalizadas ou não, representa elemento central e, muitas vezes, definidor dos destinos das pessoas. Ele é um requisito essencial para o acesso à terra, como demonstram os trabalhos de Moura (1978), Heredia (1979), Woortmann & Woortmann (1990), Ribeiro (1993a) e Galizoni (1999). Os estudos de caso realizados por esses autores e autoras revelam como o trabalho – a atividade na terra, na produção de alimentos – é o fator que define a posse e apropriação da terra, estabelecendo normas locais de herança e partilha. Heredia, por exemplo, mostra que, quando os jovens adquirem os conhecimentos que são passados de geração a geração, tornam-se reconhecidos perante a sociedade. Se estão na idade adulta e pensam

em constituir família, já recebem dos pais uma parcela de terra para fazer a sua lavoura.

Essa concepção do trabalho, especialmente nas unidades camponesas, aliada às formas de organização, isto é, homens, mulheres e crianças se dedicando à produção e reprodução da família, possibilita uma visão holística da unidade de produção e de sua relação com a comunidade, a cidade e os mercados. As pessoas dominam todo o processo e técnicas de produção, incluindo-se as condições de solo, clima, época de plantio de várias espécies, recursos naturais locais, etc. Além disso, a vivência e a convivência num local por várias gerações permitem a construção de valores e costumes locais que são respeitados e reproduzidos, dando consistência ao conceito de populações tradicionais,<sup>1</sup> que

*“Aplica-se àqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares e demonstram, em vários graus, as seguintes características: ligação intensiva com os territórios ancestrais; auto-identificação e reconhecimento pelos outros povos como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes diferente da oficial; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e sistema de produção voltado principalmente para a subsistência”* (Diegues & Arruda, 2001:23).

Dessa forma, percebe-se que, nas unidades de produção familiares, o “trabalho” constitui -se num elemento integrador, uma forma de criação de sociabilidade e não de exclusão social. Nesta direção, Aranha & Martins (1986) e Neves (1998) afirmam que, a partir do trabalho, o ser humano não será sempre o mesmo, alterando por meio dele a visão que tem do mundo e de si mesmo. Ao contrário, na agricultura patronal é conferido maior *status* ao proprietário “que

---

<sup>1</sup> Sobre este conceito, ver Diegues (1997), Diegues (2001), Colchester (2000) e Gomez-Pompa & Kauss (2000), entre outros.

não pega no pesado”); o trabalhador, ou trabalhadora, rural é desvalorizado socialmente. O trabalho em uma grande propriedade empresarial rural não requer maiores conhecimentos; constitui-se de tarefas fracionadas e parciais, dando a oportunidade ao trabalhador, ou trabalhadora, de conhecer apenas uma parte de todo o processo, configurando-se em um processo taylorista de trabalho, ou seja, em um trabalho alienador, explorador de mais-valia, extremamente mal remunerado em algumas regiões do país.

Dessa forma, pode-se perceber que o agricultor familiar do tipo camponês ou mesmo os relativamente mais integrados ao mercado não podem ser incluídos na categoria de trabalhadores e nem de empresários rurais, correspondendo a um sujeito social específico, que desenvolve formas particulares de produção, convívio com os ambientes, relações sociais e com os mercados.

No entanto, Lima (1992) afirma que prevalece nos estudos da administração rural e da gestão do agronegócio o consenso de que as unidades de exploração agrícolas são indistintamente explorações econômicas capitalistas que atuam como empresas rurais. Em consequência deste consenso acredita-se que a aplicação dos conceitos econômicos e administrativos deva ser generalizada, não levando em conta a heterogeneidade entre as unidades de produção. Nesse sentido, Lunardi (2000) mostra que, na perspectiva dos agricultores familiares, a gestão agrícola, da forma como é proposta por agentes externos, é inadequada para o seu segmento. Esta autora argumenta que o olhar dos pesquisadores e/ou extensionistas, na maioria das vezes, não alcança a realidade complexa em que se insere a agricultura familiar. Geralmente, estes estudos consideram que os agricultores familiares são também empresários e que suas unidades de produção constituem-se em empresas rurais. Em decorrência, acreditam que tais agricultores e agricultoras são passíveis de adotar e receber o mesmo modelo de administração rural e tratamento simétrico por parte de

empresas de assistência técnica e extensão rural, propondo práticas de gestão inadequadas por não perceberem que

*“Enquanto a unidade de produção familiar executa o processo produtivo alicerçada no trabalho conjunto de seus componentes, a empresa rural contrata e assalaria a mão-de-obra. Se, por um lado, a unidade de produção familiar detém a posse e administração dos meios para produzir e da combinação destes com o trabalho de seus membros resulta a produção, por outro, a empresa separa o dono dos meios de produção daqueles que administram e executam o trabalho”* (Lunardi, 2000:1).

Outra concepção comum entre agentes externos (técnicos, extensionistas, assessores, pesquisadores, etc.) diz respeito à idéia de que o mercado é central para o conjunto das populações tradicionais, assim como o é para as populações urbanas ou para atividades empresariais. Esta idéia desconsidera as práticas dos camponeses em relação à formação de reservas e valores, como aponta Ribeiro (1993a):

*“As unidades de produção camponesas têm formas muito particulares de lidar com valores, raramente utilizam dinheiro para conservar riqueza, porque não dominam muito bem sua ciência de circulação e multiplicação... A partir da produção vão construindo reservas, estrategicamente transformadas em animais ou estoques, de preferência produtos que reúnam as características de poderem ser repartidos, conservados e transformados em alimentos... Esses agricultores gostam de trabalhar com formas de valores que dominam, as formas concretas (como bens de uso e mercadorias) dão oportunidade às trocas e vendas e permitem aumento do patrimônio, que em limites podem se transformar em propriedades ou outros tipos de riqueza material.”* (Ribeiro, 1993a: 91)

Dessa maneira, percebe-se que o empenho no sentido de que agricultores familiares (camponeses ou tradicionais) adotem uma racionalidade estritamente econômica, que se voltem à busca de lucro ou à remuneração do

capital e, com isso, passem a praticar rotinas administrativas próprias da empresa rural é um esforço inútil. Camponeses possuem uma racionalidade específica, que não se identifica com os princípios da gestão de empresas rurais.

Da mesma forma, no que se refere aos empreendimentos coletivos no campo, muitas vezes as ações de organizações governamentais ou não governamentais, na intenção de contribuir para a diminuição da pobreza rural e o desenvolvimento da agricultura familiar, orientam-se na direção de uma racionalidade demasiadamente instrumental e, em consequência, não conseguem uma participação significativa de agricultores e nem alcançam os objetivos propostos nos seus projetos.

Como mostra Ribeiro (1993b), as diferenças entre as unidades camponesas e a empresa rural vão além dos aspectos tecnológicos ou de escala de produção. Há também fatores qualitativos, como os históricos e as reflexões políticas empreendidas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pelas CEBS<sup>2</sup>, que levaram à criação de inúmeras associações de agricultores pelo Brasil rural nos anos 1980. Estas associações têm, apesar das características específicas de cada uma, um ponto em comum:

*“Em geral, elas foram constituídas para solucionar grandes problemas, na maior parte das vezes, o propósito era enfrentar os problemas da comercialização da produção”* (Ribeiro, 1993b: 49).

Este objetivo central atraiu o interesse de diversas organizações de apoio, governamentais e não governamentais, que vislumbravam enormes possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar por meio destas organizações camponesas. Para os assessores destas organizações, que geralmente são técnicos, sindicalistas ou agentes de pastoral, a proposta de

---

<sup>2</sup> Sobre este assunto, CEBS, ver Ribeiro (1993b).

comercialização conjunta parece uma ótima saída para as famílias de agricultores. No entanto, no decorrer da caminhada dos grupos, vários desafios se apresentam. Além da questão da entrada nos mercados e do desconhecimento das regras, normas e especificações que o regem, há a dificuldade no estabelecimento de normas internas de gestão e, ainda, o pouco ganho advindo da comercialização conjunta que, na maioria das vezes, desanimam os grupos. Diante disso, o que parecia o objetivo principal, aos poucos vai se revelando como mais um entre diversos temas de interesse dos agricultores e agricultoras, tais como atividades sociais e religiosas, ações nas áreas da educação e saúde e, principalmente, a organização política por meio das associações. Em decorrência, os assessores vêem suas expectativas caírem por terra, mas não os camponeses, que nutrem outras pretensões, que não apenas as estritamente econômicas. Segundo Ribeiro (1993b), o que os agricultores e agricultoras avaliam como ganhos principais destas experiências associativas são exercícios de participação coletiva e democrática,

*“que se manifesta no desaparecimento das relações clientelísticas com os poderes públicos e na construção de relações companheiras com as organizações civis e nas explorações cada vez mais ampliadas das possibilidades de cooperar em todas as áreas”* (Ribeiro,1993b: 58).

Nesta perspectiva, Mauss (1988) procura compreender as racionalidades que norteiam os circuitos de trocas econômicas em sociedades ditas primitivas ou arcaicas que, embora sejam civilizações muito antigas, apresentam semelhanças em diversos aspectos às sociedades camponesas da atualidade, principalmente no que se refere à sua relação periférica com os mercados e com o capitalismo. Este autor, ao investigar sobre a moral que há por trás dos regimes de direitos contratuais e sistemas de prestações econômicas nestas sociedades, observa uma imensa complexidade que envolve valores culturais, religiosidade e

estratégias de sobrevivência. Contrariamente a alguns autores precedentes ou contemporâneos a ele, Mauss (1988) mostra que nunca existiu a denominada economia natural, ou simples trocas instrumentais de bens e produtos. Na verdade, estas trocas guardam em si um conjunto de fatos, que ele denomina ‘fenômenos sociais totais’:

*“Nestes fenômenos sociais totais, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas, políticas, familiares e econômicas ao mesmo tempo – que supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições”* (Mauss, 1988: 53).

Assim, ao estudar as transações humanas e fazer a descrição dos fenômenos de trocas e de contratos nessas sociedades, observa o mercado antes da sua principal invenção, a moeda. E mostra que aquelas não são privativas deste, pois, como comenta, o mercado é um fenômeno humano e não é estranho a nenhuma sociedade conhecida, embora os regimes de trocas sejam diferentes dos nossos. Segundo o autor, nessas sociedades arcaicas, o mercado não é mais do que um dos momentos. A circulação de riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato muito mais permanente.

*“Não se trocam exclusivamente bens e riquezas. São antes de tudo amabilidades, ritos, festins, mulheres, crianças, festas, feiras”* (Mauss, 1988: 56).

São coletividades que se obrigam mutuamente e guardam por trás de relações de trocas, à primeira vista desinteressadas, uma racionalidade que visa à redistribuição de bens e riquezas e a reprodução dos clãs, tribos e famílias. Nestas relações misturam-se diversas dimensões da vida social: economia,

política, cultura, religiosidade e solidariedade. Há a obrigação de dar, receber e retribuir, que visam a sustentabilidade dos circuitos. Estas obrigações têm um caráter ao mesmo tempo moral, espiritual e cultural.

*‘No fundo são misturas. Misturam-se as almas nas coisas, as coisas nas almas. Misturam-se as vidas e eis como as pessoas e as coisas misturadas saem, cada uma, das suas esferas e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca’* (Mauss, 1988: 86).

Assim, pode-se concluir que a “dádiva” a que se refere Mauss corresponde à dádiva de si mesmo em relação à coletividade. É um sentimento de grupo, que orienta as ações individuais e as relações com outros grupos.

Este sentimento de grupo, esta noção de coletividade, assim como as várias dimensões da vida e as racionalidades que orientam as ações de agricultores familiares são imprescindíveis de serem considerados por organizações que se dedicam à questão do desenvolvimento rural, especialmente por aquelas que têm como base social a agricultura familiar.

Nesta direção, destaca-se o grande movimento atual em torno da denominada economia solidária e a sua manifestação em comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária no Brasil.

## **2.2 A economia solidária**

Historicamente, práticas coletivas de produção, comercialização e trocas solidárias sempre estiveram presentes em sociedades tradicionais ou marginais. Mas, o fenômeno da economia solidária intensificou-se nas últimas décadas, devido, de modo geral, às transformações contemporâneas no mundo do trabalho advindas do processo de globalização e a uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza potencialidades locais e contribui para reforçar as redes microterritoriais de solidariedade (Carvalho, 1997).



Embora ainda incipiente, essa temática tem sido amplamente debatida por estudiosos e instituições nacionais e internacionais. Mais do que a formulação de um conceito unânime, o que se busca é a reflexão crítica que contribua para a compreensão da realidade complexa e difusa (Kraychete, 2000). Como argumentam diversos autores, entre eles Singer (2000) e Gaiger (2001), as construções teóricas acerca da economia solidária têm se realizado com base em experiências dispersas por todo o mundo, as quais apresentam características e peculiaridades distintas, porém marcadas prioritariamente pelo registro de solidariedade. São “experiências” porque estão sujeitas à oscilação no número de membros, no volume de produção, nos próprios objetivos e a critérios variáveis de repartição do trabalho e do tempo.

A visibilidade recente destes fenômenos organizacionais, como afirmam França e Dizimira (1999), tem gerado muitos questionamentos no âmbito das ciências humanas, o que demanda um esforço considerável na tentativa de sua compreensão. No Brasil, de acordo com Gaiger (2001), o desenvolvimento da economia solidária se expressa pela crescente presença de experiências associativas e autogestionárias de cunho econômico, orientadas por princípios de equidade que surgem por meio da ação mobilizadora de movimentos sociais, do sindicalismo e de inúmeras entidades civis dedicadas às práticas de entre-ajuda e cooperação econômica. Isso indica trata-se de um *fenômeno* que comporta diferentes formas de organização, as quais têm como denominador comum o fato de sua presença fugir ao esquema dual Estado-iniciativa privada.

No entanto, este autor observa que, embora a economia solidária seja vocacionada a assumir características próprias do denominado "terceiro setor" (aquele que não corresponde ao Estado e nem ao mercado), os empreendimentos de economia solidária diferem das organizações do terceiro setor, tendo estas um papel relevante na conformação e no crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Sob o conceito de terceiro setor estão algumas tendências

gerais da sociedade contemporânea, presentes em organizações dotadas, no mínimo, das seguintes características:

- “a) não fazem parte do aparelho de Estado, sendo portanto não governamentais;*
- b) são autogestionáveis, mantendo uma margem de autonomia institucional;*
- c) possuem o voluntariado, em algum grau, de suas atividades;*
- d) não possuem finalidade de lucro, agindo com fins de interesse público” (Gaiger, 2001:105-107).*

Dessa forma, pode-se notar, nesta definição, a inclusão das organizações do terceiro setor que fomentam a economia solidária, mas não as organizações de economia solidária, que corresponde a empreendimentos e experiências produtivas que visam interesses próprios, entre eles o benefício econômico, assumindo o papel de geração de trabalho e renda.

Porém, é importante ressaltar que essas experiências visam superar a primazia economicista e a separação entre otimização econômica e ganhos sociais, entre acumulação individual e socialização dos benefícios, procurando conciliar a racionalidade econômica e a cooperação no trabalho (Mance, 2001).

Segundo Singer (2000), constitui-se tarefa bastante difícil identificar o tamanho da abrangência das experiências de economia solidária no Brasil. No entanto, pode-se perceber a evidência das associações informais, grupos de produção de caráter familiar e comunitário, cooperativas de trabalhadores, empresas de médio e pequeno porte auto-geridas e vinculadas à Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão e Participação Acionária (ANTEAG), centenas de grupos e cooperativas agropecuárias, cooperativas de produção, cooperativas de trabalho e de prestação de serviços, instituições de microcrédito, etc. Diante disso, muitos estudos tratam da questão dos princípios e critérios que devem delimitar as experiências ou

empreendimentos de economia solidária e busca-se uma conceituação que contemple essas experiências.

Ao mesmo tempo, percebe-se que, diante da constatação deste crescimento acelerado das formas associativas e cooperativas de organização, diversas organizações não governamentais - ONGs, agências de cooperação internacional – e setores do Estado têm orientado esforços e recursos ao seu incentivo e fortalecimento. Fala-se na disseminação de valores solidários, autogestão, não exploração dos trabalhadores, divisão equitativa de benefícios, produção ética e ambientalmente correta e criação de uma rede mundial de economia solidária. No que se refere especificamente à agricultura familiar, percebe-se um discurso voltado às suas potencialidades de comercialização conjunta. Defendem-se a agregação de valor, a certificação social, as políticas públicas adequadas, o fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o crédito solidário e outras idéias e projetos, visando apoio e fomento à agricultura familiar e enfatizando, principalmente, a possibilidade de ganhos econômicos para a mesma<sup>2</sup>.

No entanto, nem sempre os estudos em torno do tema ou as organizações dedicadas a estes projetos alcançam a profundidade e a complexidade que envolvem as características específicas e as lógicas que orientam a agricultura familiar. Isto é, suas formas de produção, de organização do trabalho, os circuitos de trocas internos às comunidades, as práticas culturais de solidariedade, a relação com mercados externos, as maneiras de lidar com a gestão de bens comuns e de se organizar em torno de objetivos comuns. Em decorrência disso, muitas vezes, os projetos não realizam os resultados esperados.

---

<sup>2</sup> Essas discussões destacaram-se nos encontros do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária/2003, no Fórum Social Brasileiro/novembro de 2003 e nos Fóruns Sociais Mundiais/2001 e 2003, e podem ser encontradas nos sites da rede brasileira de socioeconomia solidária: [www.redesolidaria.br](http://www.redesolidaria.br)

Neste sentido, França & Dizimira (1999) propõem que se deva compreender a economia solidária como um fenômeno híbrido ou como um “fenômeno social total”:

*‘Economia solidária é uma designação que se faz a certas experiências associativas caracterizadas pela pluralidade e hibridação nas suas dimensões econômicas, social e política, perpassadas por lógicas habitualmente opostas, como mercado-Estado-dávida, interesse-gratuidade, liberdade-obrigação. Ou seja, economicamente designa realidades micro-sociais que mesclam formas de economias mercantil, correspondendo à economia de mercado; não mercantil, que refere-se à economia da redistribuição ou estatista; não monetária, a qual compreende um vasto campo de atividades, tais como a autopromoção e o voluntariado’* (França & Dizimira, 1999: 146).

Assim, as organizações constituintes da economia solidária não se limitam à figura única do "puro" mercado e transcendem de uma lógica prioritariamente instrumental, pois inscrevem-se numa "lógica solidária", tendo a dádiva (principalmente de si mesmo: o sentimento de grupo e o trabalho voluntário) como um dos elementos constitutivos fundamentais, onde reside o caráter *inovador* destas experiências do ponto de vista organizacional.

Ao mesmo tempo, numa perspectiva social e política, a proximidade social propiciada por estas experiências contribui para a recriação das relações e, conseqüentemente, para reforçar a coesão social. No interior destas organizações, os atores são levados a se expressar quanto aos projetos a serem desenvolvidos e na formulação de compromissos, havendo, desta maneira, um espaço propício à participação e à aprendizagem da democracia, pois, por meio destas experiências, as pessoas percebem a possibilidade de estarem menos submetidas à crise e de se tornarem sujeitos do seu próprio futuro (França & Dizimira, 1999).

No mesmo sentido, Mance (2001) afirma que, na economia solidária, busca-se a satisfação das necessidades humanas e o bem-viver de todos, a valorização da natureza e a humanização da economia. Segundo este autor, os resultados desta iniciativa vão além do econômico, pois resgatam a auto-estima, a identificação com o trabalho e a produção, o reconhecimento de direitos e o exercício da cidadania. Além disso, este autor enfatiza que a multiplicação e a expansão dessas experiências vêm dando origem à emergência de redes de solidariedades organizadas no âmbito da sociedade civil, que contribuem para o avanço de uma nova consciência, de novas práticas sobre as relações pessoais e de gênero, sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a economia solidária.

*“A noção de rede enfatiza as relações entre diversidades que se integram nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva no movimento de ‘autopoiése’ em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam por meio de toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais” (Mance, 2001:189).*

### **2.3 Os direitos de propriedade e a gestão de bens comuns por populações rurais**

O debate sobre direitos de propriedade comum é muito antigo. Thompson (1998) mostra como na Inglaterra do século XVIII se desenrolou o processo da instituição do direito de propriedade capitalista. Este autor constata que foi um longo período de conflitos entre influências políticas, forças de mercado e reivindicações populares, no qual, aos poucos, observava-se a submissão dos costumes e direitos do uso comum de terras, estabelecidos historicamente por comunidades camponesas pelos imperativos da lei, que privilegiava os antigos senhores feudais e os novos atores da sociedade burguesa

em formação. Estudo semelhante foi realizado por Martins (1981) que analisou o processo de distribuição de terras no Brasil e observou a destruição dos costumes e normas de uso comum de terras, tradicionalmente praticados pelas famílias agricultoras.

Mais recentemente, retomaram-se as discussões acerca da propriedade comum devido, em grande parte, à emergência da questão ambiental. Os recursos naturais se tornam bens públicos e isso implica numa mudança de concepção sobre os direitos de propriedade e uso destes recursos. Nesse sentido, ressaltam-se diversos estudos<sup>3</sup> que questionam a adequação dos modelos de unidades de conservação, o uso dos bens comuns, o direito à poluição, enfim, colocam a questão da gestão dos bens comuns.

Por exemplo: a concepção que norteia as legislações a respeito de unidades de conservação é a de que o comum, o coletivo, traz consigo, inerentemente, a desordem e o desgoverno. Por isso, áreas e recursos naturais devem ser privatizados ou ficarem sob a responsabilidade do poder público.

A “tragédia dos comuns”, comentada por Hardin (1968), vem reforçar estas concepções, observando que o uso coletivo de recursos naturais pode ter como consequência a destruição destes recursos. Isso porque, como estes recursos não têm uma propriedade definida, cada usuário teria a tendência a usufruir destes de forma a obter o máximo benefício possível, desconsiderando a sua capacidade de suporte e as necessidades dos outros usuários.

Porém, o que precisa ser considerado é que estes grupos usuários não agem necessariamente de forma caótica, ao contrário, em comunidades tradicionais e ou camponesas, geralmente, o uso de recursos ou áreas comuns obedece a uma série de normatizações e regulações que fazem parte do modo de vida e das estratégias de reprodução destes grupos, que agem sob uma

---

<sup>3</sup> Diegues (1998; 2001); Mckean & Ostrom (2001), entre outros.

racionalidade coletiva. Dessa forma, autores como Thompson (1998), Ostrom (1990; 1999), McKean & Ostrom (2001), Fenny et al. (2001), Diegues (2001) entre outros, demonstram, por meio de estudos empíricos, que populações rurais, e especialmente as populações tradicionais, possuem uma certa habilidade para elaborar, utilizar e adaptar mecanismos de alocação de recursos de uso comum e desenvolvem normas, regras e sistemas que possibilitam um uso sustentável destes recursos.

No entanto, é necessário esclarecer do que se tratando, ao referir-se sobre bens e recursos comuns. Segundo McKean & Ostrom (2001), existem, por um lado, as bases comuns de recursos e os recursos propriamente ditos, que se referem às qualidades físicas de sistemas de recursos, tais como peixes, águas superficiais e subterrâneas, pastagens, florestas, etc. Em relação a esses, são ressaltadas duas características fundamentais:

- a dificuldade de desenvolver instrumentos de exclusão de beneficiários potenciais. Isto é, as qualidades físicas dos recursos dificultam o controle do acesso e a exclusividade do direito de uso;
- as unidades de recursos exploradas por um indivíduo deixam de estar disponíveis para outros; cada usuário possui a capacidade de subtrair parte da prosperidade do outro.

Por outro lado, ressalta-se a propriedade comum, ou seja, o regime de propriedade comum, que consta dos

*“arranjos de direitos de propriedade nos quais os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos (...) Está relacionado a instituições sociais e não a qualidades físicas inerentes aos recursos” (McKean & Ostrom, 2001: 80).*

Dessa forma, nota-se que o regime de propriedade comum sobre recursos naturais corresponde a uma forma de propriedade privada compartilhada e não à ausência de propriedade, como se costuma confundir. Nestes regimes, os grupos usuários delimitam o acesso de outras pessoas e regulam a utilização, geralmente de forma sustentável. Ao contrário, na ausência de regimes de propriedade, ou seja, em condições de livre acesso, não há restrições aos comportamentos individuais e, em situações nas quais as demandas por determinado recurso excedem a capacidade deste em se sustentar, observa-se a sua degradação ou extinção.

Nesta perspectiva, estas autoras ressaltam os regimes de propriedade comum como formas de ‘privatizar’ direitos sobre um bem sem dividi-lo em pedaços. Afirma que referem-se mais aos direitos de uso que aos direitos de propriedade, podendo haver uma propriedade privada individual em que se pratica o uso comum por determinado grupo.

Diante destas constatações, Ostrom (1990; 1999) enfatiza a necessidade de desenvolvimento de melhores ferramentas intelectuais para entender as possibilidades e limitações de instituições auto-gestionárias em regular vários tipos de recursos. Este autor elaborou sete princípios capazes de identificar uma gestão eficiente e sustentável de recursos comuns. São eles:

1. *Fronteiras claramente definidas: os indivíduos que têm direito de retirar unidades de recursos devem ser claramente definidos assim como as fronteiras do bem ou recurso propriamente dito. Essa delimitação diferencia as instituições de propriedade comum das instituições de livre acesso;*
2. *CONGrüência entre regras de apropriação, provisão e condições locais: regras de apropriação restringindo tempo, local, tecnologia e/ou quantidade de unidades de recursos são relacionadas a condições locais, assim como as regras de provisão que requerem trabalho, material e/ou dinheiro;*



3. *Escolhas e acordos definidos pelo grupo: a maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais têm o direito de participar da elaboração e/ou modificação destas regras. A aplicação deste princípio contribui para a capacidade dos grupos em adaptar suas regras às circunstâncias locais;*
4. *Capacidade capilar de monitoramento: presença de monitores que realmente façam a auditoria das condições do recurso ou bem e do comportamento dos usuários, e que sejam responsáveis por estes, ou sejam eles próprios;*
5. *Sistema de sanções graduais: os usuários que violem as regras operacionais são sujeitos a sanções graduais (de acordo com a seriedade e o contexto da ofensa) aplicáveis pelos próprios usuários / apropriadores, oficiais responsáveis pelos usuários / apropriadores, ou por ambos. Em instituições consolidadas o monitoramento e o sancionamento não é dado por uma autoridade externa, mas pelos próprios participantes;*
6. *Mecanismos de resolução de conflitos: os apropriadores/usuários e seus oficiais têm fácil acesso a arenas locais para resolver conflitos entre usuários ou entre estes e oficiais. Existem espaços de entendimento (formal ou informal) que possibilitam o esclarecimento e interpretações das regras, assim como o estabelecimento de acordos e consensos;*
7. *Mínimo reconhecimento de direitos de organizar: os direitos dos apropriadores / usuários de delinear suas próprias instituições não são desafiados por autoridades governamentais externas. Ou seja, as autoridades externas reconhecem a legitimidade de tais regras” (Ostrom, 1999: 1-7).*

Entretanto, a autora adverte que há uma grande variedade de regras específicas locais e, dessa forma, a sustentabilidade dos recursos não pode ser explicada pela ausência ou presença de uma regra em particular.

## 2.4 O capital social

O conceito de capital social é um dos mais debatidos atualmente no âmbito das ciências sociais. Embora existam diferentes abordagens, pode-se perceber que, em todas, a ênfase recai sobre a confiança, a reciprocidade e os padrões de interação social como recursos dos quais os indivíduos dispõem em suas relações com os outros, como sintetiza Abramovay (2001). No entanto, este autor adverte, de forma complementar, que, por trás desta aparente unidade, existem diferenças conceituais que podem ter sérias conseqüências na elaboração de políticas públicas.

Todavia, para os objetivos deste estudo, é relevante que considerem-se apenas duas das abordagens correntes. A primeira, que tem sua origem em Coleman (1990), considera que a noção de capital social corresponde a uma espécie de resposta a um dos mitos fundadores da civilização moderna, no qual :

*“A sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes”* (Coleman, 1990:300).

Em outras palavras, segundo Abramovay (2000), a noção de capital social permite ver que indivíduos não agem necessariamente de forma independente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Para este autor:

*“A noção de capital social tem o mérito de contestar um dos pilares decisivos da ciência econômica, segundo o qual nenhuma ordem social é superior à que emerge da ação livre e espontânea de indivíduos soberanos nas escolhas a respeito do que desejam consumir e do que estimam possível produzir e vender”* (Abramovay, 2001: 1).

Este conceito mostra que as estruturas sociais, as características institucionais dos grupos são tão importantes como atributos naturais, de localização ou setoriais para o desenvolvimento local sustentável.

Nesta direção, o estudo de Putnam (1996) conduz a uma reflexão sobre o capital social, como sendo determinadas características da organização social de uma coletividade, tais como confiança, normas e sistemas que contribuem para facilitar as ações coletivas e a sua eficiência. O capital social, compreendido desta maneira, facilita a cooperação espontânea, a ajuda mútua e a reciprocidade entre os grupos sociais e, entre estes, as instituições do mercado e do Estado, promovendo a formação de redes sociais, que são a base de uma virtude cívica. Além disso, para este autor, o capital social tem como elemento básico a confiança e trata-se do resultado de um conjunto de condições históricas profundamente enraizadas nas sociedades, que é cumulativo, ou seja, só pode existir por meio de uma herança cultural. Dessa forma, como afirma Abramovay (2001):

*“A ênfase de Putnam está na maneira como se organiza a cultura de uma sociedade e sua preocupação fundamental é obter indicadores que permitam descobrir se a confiança entre os indivíduos – base de sua conduta cívica – está ou não aumentando”* (Abramovay, 2001: 2).

Por outro lado, autores como Ostrom (1990), Evans (1996) e Fox (1996) argumentam que não é só por herança cultural que se pode adquirir capital social e o consideram como forma de luta pelo desenvolvimento, como um recurso a ser utilizado para a aquisição de poder ou frente ao Estado e ao mercado. Estes autores procuram compreender o capital social dentro de um processo de “empoderamento”/fortalecimento, no qual os laços de solidariedade e confiança promovem o desenvolvimento da comunidade de forma que todos os seus integrantes são sujeitos do processo. Nesta vertente, acredita-se que seja possível

desenvolver formas de ação pública capazes de levar à formação e à acumulação de capital social, buscando capacitar indivíduos e grupos para se organizar e mudar seu acesso ao conhecimento e crédito, à participação social e política.

Segundo Ostrom (1990), em determinadas situações, e por um período de tempo considerável, os indivíduos desenvolvem normas e padrões de reciprocidade com os quais podem construir arranjos institucionais para resolver os dilemas decorrentes de possuírem recursos ou bens comuns.

Neste contexto, as experiências de empreendimentos coletivos mostraram-se com potencial para fortalecer o capital social dos grupos por meio do incentivo à cooperação, da prática da democracia e do exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, as características das relações sociais, os laços de solidariedade e confiança, as normas e sistemas preestabelecidos nos grupos são fatores fundamentais que contribuem para a formação de redes sociais, nas quais as experiências de base se articulam com diversos outros tipos de organizações e procuram conquistar melhoria de vida para seus participantes em diversas esferas, tais como nas áreas de educação, saúde, crédito, informação e mercado.

Em síntese, nesta dissertação, reúnem-se os temas da agricultura familiar, economia solidária, gestão de bens comuns e capital social, visando obter um embasamento teórico capaz de contribuir para a compreensão das dinâmicas interna e externa das experiências coletivas empreendidas por agricultores(as) familiares do estado de Minas Gerais. Estas categorias teóricas dialogam na medida em que todas os casos abordados têm como sujeito grupos em situação de exclusão social. Nos estudos sobre estes temas, consolida-se como pano de fundo a preocupação em compreender as práticas particulares que estes sujeitos desenvolvem, com o objetivo de se manterem e reproduzirem no sistema econômico atual.

A teoria da gestão de bens comuns apresenta-se como uma categoria de análise possível para compreender a dinâmica interna das experiências de

economia solidária. Ao mesmo tempo, ao procurar compreender a relação entre sistemas e normas de gestão de bens comuns estabelecidas pelos grupos e a sustentabilidade das experiências, interage com o conceito de capital social que considera as características de organização social, os laços de confiança e de solidariedade imprescindíveis para a eficiência institucional, econômica e política destes grupos sociais. Este conceito também contribui para a compreensão da dinâmica externa das experiências, sendo considerado por vários autores – Ostrom (1990); Evans (1996); Fox(1996), Bebbington (1999), entre outros – como fundamental na articulação com organizações externas e no alcance de resultados materiais e imateriais frente ao Estado, ao mercado e à sociedade civil.

Dessa forma, percebe-se que estes temas são relevantes para a compreensão da economia solidária que se desenvolve no âmbito da agricultura familiar.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Fundamentos conceituais**

O tema da “economia solidária” tem sido abordado recentemente por diversos autores que, em sua maioria, enfatizam a importância de relações solidárias de trabalho e trocas para a geração de renda num mundo competitivo e excludente. Embora ressaltem a importância de mudanças nas relações de trabalho e nos valores individualistas das sociedades capitalistas, o principal argumento em defesa dessas práticas alternativas de economia refere-se à possibilidade de ganhos econômicos para seus participantes. No entanto, percebe-se que nem sempre são as melhorias em renda para as populações excluídas o principal resultado dessas experiências conjuntas. Muitas vezes, os ganhos não materiais, tais como aumento da auto-estima do grupo, de conhecimentos técnicos, do exercício da cidadania e da participação política são os maiores benefícios advindos dessas experiências.

Ao mesmo tempo, as maneiras como os sujeitos dessas experiências se articulam em torno de objetivos comuns, as normas de convívio e gestão de bens comuns que desenvolvem são exercícios de democracia que se direcionam no sentido da autogestão, apresentando-se como um novo modo de gestão no interior das sociedades capitalistas (Singer, 2000).

Nesta perspectiva, este estudo procurou extrapolar a questão dos benefícios econômicos e compreender as experiências de economia solidária à luz das formas específicas de gestão praticadas pelos seus integrantes e dos resultados não materiais proporcionados aos mesmos. Procurou-se enfatizar as experiências de empreendimentos coletivos em relação às normas de gestão de bens comuns desenvolvidas pelos atores específicos em cada realidade estudada. Este procedimento metodológico implicou em relacionar a teoria da gestão de bens comuns – conforme Ostrom (1990) e outros autores – limitada, até o

momento, à análise da gestão de bens e recursos naturais, ao estudo da economia solidária, especificamente no âmbito da agricultura familiar.

Trata-se, então, de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual a coleta e a análise de informações não são estanques e mantêm relações recíprocas com a teoria, possibilitando a percepção do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem ao espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, conforme definido por Minayo (1995).

Neste tipo de pesquisa se configuram cinco características básicas, de acordo com Bogdan & Biklen (1982):

1. a pesquisa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador(a), como seu principal instrumento, ou seja, o contexto em que ocorre a ação é fundamental;
2. os dados coletados são predominantemente descritivos, sendo usadas frequentemente citações de entrevistados para subsidiar afirmações;
3. a preocupação com o processo é maior que com o produto, sendo sempre questionado “como” os fatos ocorrem;
4. atenção especial do pesquisador(a) deve ser o significado que as pessoas dão às coisas, à sua vida;
5. as análises dos dados tendem a seguir um processo indutivo, no qual o desenvolvimento do estudo aproxima-se à imagem de um funil: no início há questões ou focos de interesse muito amplos, que, no final, tornam-se mais diretos e específicos. Não há delimitação de hipóteses a priori.

Diante da necessidade de estudos empíricos – enfatizada por vários autores, como Kraychete (2000), Gaiger (2001) e Singer (2002) – que possam

contribuir para a elucidação das características e lógicas da economia solidária, especialmente no meio rural, optou-se pelo estudo de caso, do tipo multicaso que, de acordo com Godoy (1995), são estudos que envolvem dois ou mais sujeitos, duas ou mais organizações, dois ou mais eventos, consistindo em casos múltiplos. Este método atende aos objetivos de pesquisas que pretendem descrever mais de uma realidade ou àquelas que têm o intuito de estabelecer comparações.

Foram realizados 15 estudos de caso em experiências de empreendimentos coletivos no meio rural, em três regiões distintas do estado de Minas Gerais: Região Noroeste, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, como se pode observar no mapa do Anexo 1.

Para isso, contou-se com o apoio das organizações locais de mediação Cáritas/diocesana de Paracatu, CAV e ARMICOPA desde o processo de apresentação e primeiros contatos da pesquisadora com os grupos selecionados para o estudo.

A escolha destas organizações ocorreu devido a vários motivos:

1. a relação prévia existente entre elas e a pesquisadora, que já havia desenvolvido trabalhos anteriores nessas organizações no âmbito das atividades e parcerias do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, da Universidade Federal de Lavras, do qual é integrante;
2. serem organizações integrantes do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, tendo um papel importante na promoção do movimento da economia solidária em Minas Gerais;
3. terem como linhas principais de seu trabalho o fomento à economia solidária e ao desenvolvimento rural;



4. serem todas organizações consolidadas, existindo há mais de 10 anos;
5. localizarem-se em regiões distintas, o que permitiu uma apreensão de peculiaridades locais.

No entanto, o foco central da pesquisa foi a compreensão e percepção dos agricultores e agricultoras familiares participantes das experiências conjuntas nas comunidades rurais e ou assentamentos. Ou seja, pretendeu-se compreender a gestão interna dessas experiências e a relação destes grupos com o mercado e com as organizações locais de mediação, sob a sua ótica, sendo, então, estes atores sociais os sujeitos da pesquisa. Esclarece-se que as organizações mediadoras que apoiaram a pesquisa não foram o objeto central de estudo. Elas foram analisadas a partir das experiências coletivas.

### **3.2 A obtenção, coleta e análise de dados**

A coleta de dados ocorreu em três etapas.

#### **Primeira etapa**

Esta etapa consistiu em esclarecimentos e negociações com as organizações locais de mediação acerca dos objetivos da pesquisa, seleção das comunidades e experiências amostradas e agendamento das visitas de campo:

- foram realizados os primeiros contatos com as organizações locais de mediação, nos quais foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, buscando afiná-los aos objetivos e linhas de ação destas organizações;
- foram elaborados critérios para a seleção dos locais de estudo, juntamente com os agentes das organizações locais;

- foram definidos os locais de estudo e
- foram agendadas as datas das primeiras visitas de campo.

Ainda nesta etapa, foram elaborados dois tipos de roteiros de entrevistas: um para ser aplicado aos técnicos das organizações mediadoras e outro direcionado aos participantes das experiências de empreendimentos coletivos nos locais selecionados. O primeiro procurou abordar questões relacionadas aos temas:

- concepções e ações da ONG ou agência na linha de economia solidária;
- relação existente entre a ONG e as experiências de empreendimentos coletivos, buscando detalhar aspectos da metodologia de trabalho e das dificuldades e potencialidades para o seu desenvolvimento, na visão dos técnicos.

O segundo roteiro, direcionado aos participantes das experiências, procurou:

- compreender a trajetória histórica de cada uma delas;
- compreender suas relações com mercados;
- analisar a sua inserção no movimento da economia solidária mediado pelas organizações não governamentais, regionais e nacionais;
- analisar o funcionamento e a normatização dos bens e equipamentos em comum utilizados pelos grupos;
- compreender a avaliação destes grupos a respeito dos ganhos e dificuldades decorrentes das experiências conjuntas, e

- compreender a avaliação destes mesmos grupos em relação à atuação das organizações mediadoras anteriormente mencionadas.

Com base nestes tópicos, foram também elaborados indicadores de comparação, visando realizar uma análise que possibilitasse um balanço comparativo das experiências e da atuação das organizações locais de mediação. São eles:

- 1) indicadores de protagonismo: estes indicadores relacionam-se à motivação inicial do grupo e ao seu envolvimento na gestão da atividade. Com eles procurou-se compreender em que medida a experiência solidária foi uma demanda da comunidade ou assentamento e, ao mesmo tempo, o grau de autonomia dos grupos no desenvolvimento das atividades, desde o planejamento até a ação;
- 2) indicadores de participação: com estes indicadores procurou-se avaliar se ocorre uma participação efetiva de todos os integrantes nas experiências, tanto na execução das atividades quanto na elaboração das normas de gestão dos bens comuns e na distribuição de benefícios;
- 3) indicadores de resultados materiais: estes indicadores avaliam resultados econômicos conquistados pelas experiências; tratam-se de indicadores relacionados à potencialidade de geração de renda às famílias participantes e à inserção de seus produtos nos mercados;
- 4) indicadores de resultados imateriais: são indicadores que procuram mensurar os ganhos não atrelados diretamente aos resultados econômicos que as experiências conjuntas têm proporcionado aos seus participantes. São aqueles ganhos no sentido da formação de

- redes e parcerias, do exercício da cidadania, da melhoria da auto-estima das pessoas, da aquisição de informações e conhecimentos;
- 5) indicadores de proximidade das organizações em relação às experiências: com estes indicadores procurou-se observar a contribuição das organizações mediadoras ao desenvolvimento das experiências coletivas dos agricultores e agricultoras, considerando-se o seu grau de envolvimento com as experiências e a sua capilaridade com as bases.

Os roteiros podem ser consultados no Anexo 2.

### **Segunda etapa**

Nesta etapa foram realizadas as primeiras visitas de campo, nas quais foram identificados grupos dedicados aos aspectos produtivos ou não produtivos, tais como grupos religiosos, culturais ou sociais, e definidas as experiências a serem pesquisadas, de acordo com o objetivo da pesquisadora e a disponibilidade dos(as) participantes. Além disso, foram realizados levantamentos e estudos em dados secundários sobre as regiões e organizações mediadoras, tais como atas de assembléias e relatórios de atividades realizadas nos locais de estudo.

### **Terceira etapa**

Neste momento da pesquisa, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas, num total de 15 entrevistas individuais com informantes-chave indicados pelos participantes das experiências e 3 com os técnicos das organizações mediadoras, responsáveis pelos programas de economia solidária. Além disso, realizaram-se, onde foi possível, reuniões com o maior número possível de membros das experiências, totalizando 7 reuniões nas comunidades e

assentamentos visitados. Em alguns casos, as entrevistas foram gravadas e em outros não, de acordo com as situações encontradas em campo.

Além das entrevistas individuais e em grupos, realizou-se observação não participante. A utilização desta técnica foi facilitada pelo fato da pesquisadora ter se hospedado na residência das famílias, por um período mínimo de dois dias em cada local. Dessa forma, foi possível compartilhar do dia-a-dia dos(as) pesquisados(as), observar o seu modo de vida, as relações sociais entre as famílias das comunidades e assentamentos e os momentos dos processos produtivos. Foram acompanhadas várias atividades, como, por exemplo, os preparativos para a feira e a integração das famílias feirantes, na comunidade Santa Rita, a “panha” do café no assentamento Aruega, uma reunião da ASCOPAFA, o processamento da cana-de-açúcar na unidade de produção de uma família integrante do GT Cana na comunidade Morro Redondo, a atividade de feira por algumas famílias integrantes do GT Horta, a entrega do leite à cooperativa no PA Fruta Danta, etc.

A sistematização e a análise das informações obtidas foram realizadas durante os intervalos da pesquisa de campo e, ao final, onde se efetuou uma análise comparativa e um balanço relativo das experiências.

### **3.3 A amostra**

Para se chegar às 15 experiências de empreendimentos coletivos pesquisadas, foram efetuados procedimentos distintos conforme as orientações das organizações mediadoras, pois cada uma destas organizações possui um tipo de delimitação da base social. Ou seja, a Cáritas Diocesana de Paracatu atua nas comunidades e assentamentos como um todo, a ARMICOPA atua por meio das associações comunitárias, o CAV desenvolve um trabalho específico na linha da economia solidária por meio de grupos de interesse ou grupos de trabalho: os GTs.

Dessa forma, nas regiões Noroeste e Vale do Mucuri foram elaborados critérios para a escolha dos locais onde, num segundo momento, identificaram-se as experiências de empreendimentos coletivos. Já no Vale do Jequitinhonha, a amostra apresentou-se de forma mais objetiva, ou seja, ela correspondeu basicamente aos GTs, os espaços de realização das experiências de economia solidária.

Nas duas primeiras regiões, os critérios de seleção tiveram o objetivo de obter uma diversidade de situações de acordo com um contínuo. Ou seja, determinaram-se graus de intensidade (1, 2 e 3) que pudessem representar os níveis baixo, médio e alto no que se refere aos critérios definidos e procurou-se selecionar locais que apresentaram diferenças significativas nestes aspectos, que foram os seguintes:

- frequência de vendas regulares no mercado,
- trajetória com experiências conjuntas,
- inserção da organização mediadora (Cáritas e ARMICOPA),
- número de famílias moradoras,
- proximidade dos centros urbanos.

No caso de assentamentos, incluiu-se o tempo de existência do assentamento, conforme tabela de amostragem, no Anexo 3.

Assim, determinou-se os seguintes locais para a pesquisa: Projeto de Assentamento Saco do Rio Preto, Projeto de Assentamento Fruta Danta e comunidade Santa Rita, na Região Noroeste; Associação dos Pequenos Produtores de Misterioso (APPRM), Associação Solidariedade do Povoado de Limeira (ASPEL) e Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Fazenda Aruega (ASCOPAFA), no Vale do Mucuri.

Nestes locais e ou por meio destas associações, chegou-se à amostra da pesquisa, que foi a seguinte:

Na Região Noroeste:

1. grupo da horta comunitária – comunidade Santa Rita, Paracatu;
2. grupo das famílias feirantes – comunidade Santa Rita, Paracatu;
3. grupo de mulheres doceiras do PA Saco do Rio Preto, Natalândia;
4. Cooperativa dos Produtores de Leite do PA Fruta Danta – COOPEFRUTA, João Pinheiro;
5. grupo de mulheres doceiras do PA Fruta Danta, João Pinheiro.

No Vale do Mucuri:

Ligada à APPRM:

6. Agroindústria comunitária de farinha de mandioca, Ladainha.

Ligados à ASCOPAFA:

7. Clube de Mães, Novo Cruzeiro;
8. Agroindústria comunitária de farinha de mandioca, Novo Cruzeiro.

Ligadas à ASPEL:

9. Grupo dos apicultores, Pavão;
10. Grupo das horticultoras, Pavão;
11. Agroindústria comunitária de farinha de mandioca do Povoado de Limeira, Pavão.

No Vale do Jequitinhonha

12. GT Mel, institucionalizado na Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha, Turmalina (AAPIVAJE );
13. GT Derivados da Cana, Turmalina;
14. Agroindústria de cana-de-açúcar da comunidade Morro Redondo, Turmalina;
15. GT Horta ou GT Feira, Turmalina.

Além destas experiências coletivas, a amostra incluiu um informante em cada organização mediadora, ou seja, três técnicos de cada equipe.

A natureza da pesquisa qualitativa e os métodos utilizados neste estudo possibilitaram a apreensão de aspectos que, de outra forma, não seriam possíveis. A permanência nos locais de estudo, mesmo que por pouco tempo, possibilitou a vivência das realidades estudadas e uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, o que facilitou o acesso às informações necessárias. Ao mesmo tempo, pôde-se perceber, nas entrevistas em grupo, que, ao questionar temas delicados, tais como as dificuldades encontradas pelos grupos no desenvolvimento das atividades conjuntas, surgiram, na maioria das experiências, debates e discussões. Este fato, em alguns casos, expôs conflitos preexistentes e, em outros, favoreceu a reflexão e a predisposição ao consenso. Ou seja, percebeu-se que o método de entrevistas em grupo gera reflexões e discussões, que indiretamente podem influenciar na prática dos grupos.



## **4 ORGANIZAÇÕES MEDIADORAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **4.1 O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)**

O CAV é uma organização não governamental sem fins lucrativos que surgiu das atividades realizadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Turmalina com os trabalhadores rurais do município. A história do CAV começa quando, na década de 1980, o STR percebia uma expressiva saída de agricultores(as) do campo. Naquela época, o Sindicato realizava algumas atividades de apoio à produção como doação de sementes e busca de recursos para irrigação. Com o tempo, os sindicalistas notaram que a região possuía características específicas e que os agricultores(as) estavam saindo do campo devido ao “cansaço” das terras e às mudanças de clima e que, mesmo com crédito e tecnologias não conseguiriam produzir. Começaram então a buscar alternativas produtivas para a agricultura familiar e desta busca surgiu o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, cujo nome foi dado como homenagem ao conhecido agricultor e sindicalista Vicente Nica que há tempos alertava a população do Alto Vale sobre os efeitos nocivos da degradação ambiental para a produção e para a sustentabilidade das populações locais (FAO/FAEPE, 2004).

No CAV, o incentivo à economia solidária é responsabilidade de um setor que é, ao mesmo tempo, um programa específico desta organização. Esta linha de ação surge inicialmente com o objetivo de apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar da região do Alto Jequitinhonha. Com o tempo, passou a focalizar também a melhoria da qualidade dos produtos e o aprimoramento dos processos de beneficiamento, buscando atender aos critérios do Ministério da Agricultura. Desta forma, o setor da economia solidária do CAV focaliza-se nos 3 eixos: produção, beneficiamento e comercialização. Pois, como argumenta o coordenador do setor:

*‘Não dá para trabalhar desvinculado. Para produzir precisa -se trabalhar a questão da sustentabilidade, levando em conta a quantidade de área disponível, o esgotamento do solo, os recursos hídricos, etc. É preciso dar essa orientação à produção para o consumo da família e, ao mesmo tempo, a produção excedente deve considerar o consumidor que, hoje, não é mais o consumidor de Turmalina, mas do Brasil e do mundo...’* (Coordenador, economia solidária, CAV, 2004).

O programa conta com três técnicos para o planejamento e desenvolvimento das atividades, dos quais um é responsável pela parte de campo: assistência técnica e capacitação; um dedica-se às questões políticas, de organização e articulação e uma técnica para a parte operacional e administrativa. A metodologia de trabalho prioriza a participação dos agricultores e agricultoras nas tomadas de decisões, buscando, além da geração de renda, a autonomia da agricultura familiar da região e a valorização de seus produtos.

Nesta perspectiva, atua por meio de grupos de trabalho (GTs), que são formados de acordo com temas específicos de interesse dos agricultores e agricultoras. Até o momento, os principais GTs são:

- GT Feiras-Livres, que surgiu de uma pesquisa realizada em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, da Universidade Federal de Lavras e o CNPq, e vem realizando um trabalho de apoio à organização dos agricultores(as) feirantes, melhoria da infra-estrutura e valorização dos produtos na feira municipal de Turmalina, estendendo-se, atualmente, a outros municípios, como Minas Novas (em andamento), Veredinha e Leme do Prado (a se iniciar);
- GT Cana-de-Açúcar, que tem o objetivo de apoiar a produção dos derivados deste produto, como a cachaça, a rapadura e o açúcar

mascavo, sendo composto por agricultores e agricultoras principalmente de Turmalina, mas também de Veredinha e Minas Novas;

- GT do Mel – institucionalizado em uma associação, (AAPIVAJE), Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha que vem se ampliando cada vez mais e atualmente reúne apicultores de doze municípios do Alto e Médio Jequitinhonha.

As reuniões dos GTs acontecem geralmente uma vez por mês, de acordo com as demandas dos agricultores(as), quando são realizadas discussões sobre as ações prioritárias, planejamento de atividades de sensibilização, cursos técnicos aos agricultores(as), visitas de apoio à estruturação das experiências, viagens de intercâmbio, acompanhamento de unidades de beneficiamento e avaliações, com agricultores e agricultoras, que são incorporadas a novos projetos da ONG. Nas ações de capacitação, destacam-se os temas: qualidade da cachaça, apicultura, horticultura orgânica e associativismo, realizando-se, além de cursos, trocas de experiências e visitas de campo, que procuram seguir o planejamento anual do CAV. Ressaltam-se, ainda, as atividades de apoio à comercialização, que são centrais no programa de economia solidária: atividades de armazenamento, pesagem e embalagem dos produtos (derivados da cana e mel) de agricultores(as) dos vários municípios citados, realização de contatos com compradores e, após a consulta aos agricultores, efetivação das vendas.

#### **4.2 A Associação Regional do Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA)**

A ARMICOPA surgiu no início dos anos 1990, devido à ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região do Vale do Mucuri – que teve a idéia de implementar uma área para experimentação de culturas específicas e

técnicas de produção adequadas à realidade dos agricultores familiares, contando, para isso, com o apoio financeiro do DED/SACTES (entidade de cooperação internacional alemã). Neste início, surgiram alguns questionamentos fundamentais para a realização de tal projeto. Entre eles, segundo os agricultores(as) entrevistados(as), a questão da propriedade do terreno, pois este não poderia ser em nome da CPT, já que esta entidade é impedida juridicamente de adquirir bens, e nem em nome da Igreja, pois, com o tempo, poderia mudar o bispo e este poderia não ter o mesmo interesse em apoiar a agricultura familiar. Então, decidiu-se que a solução seria a criação de uma organização de agricultores familiares de toda a região, que incluía, além do vale do rio Mucuri, parte dos vales dos rios Jequitinhonha e São Mateus, para ser a entidade proprietária e responsável pelo funcionamento da área experimental, localizada no município de Teófilo Otoni e denominada “Sítio Santa Tereza”.

Os objetivos iniciais desta organização eram os de desenvolver técnicas de produção agroecológicas adequadas à realidade da agricultura familiar da região. Assim, o primeiro projeto que deu vida à ARMICOPA foi elaborado pela CPT e, da mesma forma, o andamento dos experimentos e as ações empreendidas pela organização ficavam a cargo desta comissão e de um técnico alemão enviado pela organização financiadora, limitando os agricultores e agricultoras ao papel de beneficiários dos projetos.

Em 1992, houve a aprovação de um projeto com o Movimento pelo Autodesenvolvimento, Intercâmbio e Solidariedade (MAIS), ONG de Turim, Itália –, que possibilitou a vinda de um técnico italiano para a organização e a contratação de alguns técnicos para desenvolver as atividades, principalmente na área da assistência técnica. Neste mesmo período havia uma grande efervescência dos movimentos sociais na região, devido aos graves problemas de acesso à terra. Havia uma ação intensa das Comunidades Eclesiais de Base, da própria CPT, que tiveram um papel fundamental na criação dos Sindicatos de

Trabalhadores Rurais e das associações locais de agricultores familiares. Estes agentes favoreceram o fortalecimento e organização dos agricultores(as), que começaram a se organizar, estudar o estatuto e a exigir maior participação nas tomadas de decisões. De 1997 a 1999, período em que houve um rompimento interno e que se encerrava o primeiro projeto em parceria com o MAIS, a ONG ficou praticamente sem recursos, suspendendo a maioria das atividades.

O segundo projeto com o MAIS, aprovado em 2000, mas iniciado efetivamente em 2001, teve como objetivo inicial o fortalecimento do processo de comercialização e incentivo à economia solidária, pretendendo priorizar três associações pré-estabelecidas: a ASPEL, localizada no município de Pavão; a Associação de Beija Flor, no município de Novo Oriente e a Associação do Córrego, situada no município de Teófilo Otoni. No entanto, a diretoria, juntamente com a equipe técnica decidiu reavaliar o projeto, chegando à conclusão de que era mais adequado direcionar o recurso disponível a todas as associações integrantes da ARMICOPA. Como comentaram:

*‘Como uma organização que é uma rede regional – formada por associações locais – pode trabalhar priorizando apenas três associações? Além disso, na nossa concepção, esta idéia de experiências-modelo é uma estratégia ultrapassada de ação’* (coordenador da equipe técnica, 2004).

Então, procurou-se adequar os programas às realidades encontradas na região.

A ARMICOPA é uma associação de associações, ou seja, é uma associação regional que envolve 12 associações locais ou microterritoriais de sete municípios da região dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha: Poté, Pavão, Ladainha, Novo Cruzeiro, Novo Oriente, Ponto dos Volantes e Teófilo Otoni. Não se trata de uma ONG formada por técnicos, assessores e ambientalistas. Sem dúvida, ela é constituída, em parte, por pessoas com alguns destes perfis,

porém, a sua estrutura organizacional é formada por agricultores e agricultoras na base e nos níveis mais elevados das tomadas de decisões.

Dessa forma, as decisões referentes às prioridades de ações, objetivos de projetos, público-alvo, investimentos, critérios para a entrada de novas associações membros ou para o acesso aos recursos do fundo de crédito rotativo, são tomadas com a participação direta dos agricultores e agricultoras durante as assembléias ordinárias ou extraordinárias, reuniões dos conselhos ou da comissão do fundo de crédito rotativo. Uma outra parte do organograma da entidade, denominada Assessoria Social, é formada por técnicos – profissionais contratados pela diretoria – que têm um papel de extrema importância, principalmente no que diz respeito às questões de articulações com outras organizações – não-governamentais, governamentais ou privadas – e captação de recursos.

Assim, pode-se perceber que a ARMICOPA se sustenta pelas associações no sentido de que, sem elas, não poderia existir ou, no mínimo, não teria legitimidade frente aos agricultores. Há uma articulação fundamental entre as associações, os agricultores e a ARMICOPA, que pode ser constatada na maneira de efetivação de projetos e encaminhamentos de ações. São as associações locais que intermediam o acesso aos recursos de projetos ou ao crédito do fundo rotativo por grupos específicos interessados. Elas são fundamentais na seleção das iniciativas que devem ser beneficiadas, assim como são elas que identificam as demandas dos agricultores e das agricultoras, jovens ou idosos, e as encaminham à ARMICOPA. Ou seja, as associações locais fazem a ligação entre os agricultores(as) e a ARMICOPA. Esta, por sua vez, busca maneiras de atender às demandas das comunidades ou assentamentos que, no caso deste estudo, são as comunidades de Misterioso e Limeira (nos municípios de Ladainha e Pavão, respectivamente) e o Projeto de Assentamento Aruega, município de Novo Cruzeiro.

### 4.3 Cáritas Diocesana de Paracatu

A Cáritas é uma organização internacional da igreja católica, subordinada aos conselhos episcopais e a cada uma das diversas dioceses onde funciona. Foi criada com o propósito de ser o braço caritativo desta igreja, mas, aos poucos, foi substituindo a missão de caridade pela do apoio, solidariedade e integração parceira. A maioria dos seus recursos de projetos origina-se da igreja, mas também gere outros fundos (públicos, privados e não-governamentais), sempre com o propósito de atuar em situações emergenciais (seca, fome, calamidades) ou de apoio à estruturação de populações para enfrentar suas próprias dificuldades. É no contexto deste objetivo de apoio à organização e estruturação de populações excluídas do modelo de desenvolvimento capitalista, especialmente nos países periféricos, que emerge a linha de fomento à economia solidária desta organização.

A Cáritas brasileira, desde a sua criação, na década de 1980, atua por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), visualizando, nos laços comunitários, o terreno fértil para o desenvolvimento da solidariedade; atuando apoio a diversas iniciativas de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários por todo o país, como comenta Singer em prefácio à Cáritas (2003):

*“Entre 1995 e 2000 os regionais da Cáritas Brasileira apoiaram 1004 PACs, envolvendo quase 57 mil pessoas em atividades produtivas, de mobilização e de formação” ( Bertucci & Silva, 2003).*

Além do apoio a estas microiniciativas, procura interrelacionar diversas experiências, acreditando na necessidade de articulação e na necessidade de conseguir apoio e acompanhamento para desenvolver estas parcerias.

No meio rural procura dinamizar e viabilizar um adequado escoamento e comercialização da produção dos produtos oriundos da agricultura familiar,

por meio da difusão de teoria e práticas de cooperativismo, associativismo e redes de produtores. Estas redes são compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento das iniciativas econômicas e para a ampliação da capacidade política dos setores populares, objetivando a conquista de políticas públicas.

No âmbito da Cáritas Regional de Minas Gerais, as redes de produtores vêm se consolidando em diversas iniciativas econômicas com vistas à verticalização da produção e agregação de valor aos produtos. Podem ser destacadas a Rede de Produtores Grande Sertão Veredas, no Norte de Minas; a Rede de Produtores Fruta Boa, em Araçuaí; a Rede de Produtores Sítio Mineiro, na Zona da Mata; a Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) e a Rede de Produtores Dom de Minas, na região Noroeste. Além disso, a Cáritas Brasileira tem apoiado e processos de criação de fóruns de articulação. Estes fóruns são espaços nos quais grupos de produtores(as) e organizações não governamentais – de assessoria e ou assistência técnica – se propõem a discutir e elaborar proposições de políticas públicas, estatais ou não, em torno de um tema mais geral, que é o desenvolvimento sustentável.

Na Cáritas Diocesana de Paracatu, a principal ação tem sido a articulação da Rede de Produtores Dom de Minas, que tem o objetivo de envolver de seis a sete comunidades rurais e assentamentos da região Noroeste. Em 2004, o foco central deste trabalho foi o projeto piloto na comunidade Boa Vistinha, município de Uruana de Minas. Estas atividades na comunidade Boa Vistinha iniciaram-se com uma experiência na produção de açúcar mascavo, tendo sido promovidos cursos de capacitação que possibilitaram o domínio das técnicas apropriadas de produção pelos agricultores(as), passando este a ser o principal produto desta comunidade para a comercialização, além da rapadura, farinha de mandioca e polvilho. Ao mesmo tempo, neste projeto, realizaram-se



melhoras na agroindústria da comunidade, que era bastante precária segundo os moradores.

No entanto, nesta pesquisa, optou-se por investigar outras localidades, procurando-se obter uma visão mais ampla das experiências de economia solidária animadas pela Cáritas na região e compreender as opiniões dos agricultores e agricultoras a respeito da atuação desta organização. Dessa forma, foram entrevistados agricultores(as), participantes de experiências de empreendimentos coletivos na comunidade rural de Santa Rita e dos Projetos Assentamentos Fruta Danta, município de João Pinheiro e Saco do Rio Preto, município de Natalândia.

## 5 OS ESTUDOS DE CASO: AS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

As experiências de empreendimentos coletivos abordadas nesta pesquisa mostraram possuir características próprias, peculiares. Cada uma tem a sua história particular, a sua dinâmica interna e a sua maneira de se relacionar com o mundo. Elas não existem isoladas de um contexto; ao contrário, surgem em uma organização preexistente, alicerçadas sobre valores e práticas construídos coletivamente, que são os elementos constitutivos das identidades dos grupos. Também não se pode deixar de considerar que estas experiências são de dimensões diferentes. Ou seja, algumas consistem de pequenos grupos informais, enquanto outras são associações ou cooperativas e possuem uma estrutura bem mais formalizada, um número elevado de sócios(as) e ou um grande patrimônio coletivo. Algumas têm uma abrangência local, outras abrangem um território mais extenso, envolvendo duas ou mais localidades de um município ou de toda uma região.

Diante disso, não se pretende aqui generalizar os dados; pelo contrário, o que se pretende é analisar as experiências com base em aspectos gerais, mas considerando as características particulares de cada uma. Antes, porém, é interessante apresentar um quadro geral que possa servir como uma referência ao leitor. A seguir:

QUADRO 1 Características gerais das experiências.

<b>Experiências</b>	<b>Região</b>	<b>Mediação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Início</b>
Grupo dos doces do Cerrado (PA Saco do Rio Preto)	Noroeste	Cáritas/ Paracatu	Mulheres	Gerar renda	1998
Agroindústria de doces (PA Fruta Danta)	Noroeste	Cáritas/ Paracatu	Mulheres	Gerar renda	2000

Continua...

QUADRO 1. Continuação.

<b>Experiências</b>	<b>Região</b>	<b>Mediação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Início</b>
Padaria comunitária (P A Aruega)	Noroeste	Cáritas/ Paracatu	Mulheres	Melhorar o consumo e gerar renda	2003
Horta comunitária (Comunidade Santa Rita)	Noroeste	Cáritas/ Paracatu	Agricultores e agricultoras	Gerar renda	2003
Feirantes (Comunidade Santa Rita)	Noroeste	Cáritas/ Paracatu	Famílias		1965
Agroindústria de cana (Comunidade Morro Redondo, Turmalina)	Vale do Jequitinhonha	CAV	Famílias	Aumentar a produção, facilitar o processo produtivo e gerar renda	1999
Agroindústria de farinha de mandioca (PA Fazenda Aruega)	Vale do Mucuri	ARMI COPA	Famílias		2000
Agroindústria de farinha de mandioca (Comunidade Misterioso)	Vale do Mucuri	ARMI COPA	Famílias		2003
Agroindústria de farinha de mandioca (Comunidade Limeira)	Vale do Mucuri	ARMI COPA	Famílias		2001
Grupo de apicultores (Comunidade Limeira)	Vale do Mucuri	ARMI COPA	Apicultores e apicultoras	Adquirir equipamentos e gerar renda	1998
Grupo de horticultoras (Comunidade Limeira)	Vale do Mucuri	ARMI COPA	Horticultoras	Adquirir equipamentos e gerar renda	1999
AAPIVAJE (Turmalina e outros municípios)	Vale do Jequitinhonha	CAV	Apicultores e apicultoras	Melhorar qualidade dos produtos; agregar produção; fomentar o associativismo/cooperativismo e gerar renda	2001

Continua...

QUADRO 1. Continuação.

<b>Experiências</b>	<b>Região</b>	<b>Mediação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Início</b>
GT Derivados da Cana (Turmalina e outros municípios)	Vale do Jequitinhonha	CAV	Agricultores e agricultoras		2001
COOPEFRUTA (PA Fruta Danta)	Noroeste	Cáritas/Paracatu	Produtores de leite		1994
GT Horta ou GT Feira (Turmalina e outros municípios)	Vale do Jequitinhonha	CAV	Agricultores e agricultoras		2000

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

## **5.1 Gênese, gestão e organização**

### **5.1.1 A origem das experiências**

O primeiro aspecto a ser comentado diz respeito à origem das experiências e às situações específicas que envolveram o seu surgimento nas comunidades e assentamentos. Pôde-se perceber que elas decorrem de dois tipos de situações. Às vezes, são o resultado de uma luta coletiva de muitos anos, da organização da base; outras vezes, aparecem repentinamente, fruto da mediação de organizações externas ou de iniciativas individuais. Algumas existem há muitos anos e correspondem a um costume antigo das comunidades; outras são mais recentes.

Embora não se pretenda discutir a questão de gênero, os casos dos projetos empreendidos pelos grupos de mulheres – Clube de Mães do PA Fazenda Aruega, Associação de Mulheres do PA Fruta Danta e Grupo das Doceiras do PA Saco do Rio Preto – favorecem uma análise comparativa e podem ser esclarecedores de alguns tipos de situações que se pode encontrar no que se refere à implementação de um projeto coletivo em uma comunidade rural ou assentamento de agricultores familiares.

Nos três casos, desenvolvem-se projetos provenientes de recursos de organizações externas aos assentamentos. Tratam-se de uma padaria comunitária, no primeiro e agroindústrias coletivas de doces, nos outros dois

casos. Nestas experiências coletivas não havia um interesse anterior das mulheres nestes temas. A motivação em se envolver nestas atividades surgiu posteriormente à oportunidade dos projetos.

Nos dois primeiros observou-se uma organização anterior das mulheres, nas quais percebe-se objetivos amplos e o intuito de fortalecer a organização política das agricultoras. Como descrevem:

*“Antes de formar o Clube de Mães, a gente só ficava em casa ou na roça, não se encontrava, não trocava idéias... Aí sentimos que faltava a nossa organização política”* (agricultora, P A Aruega, 2004).

*“A idéia de se constituir uma Associação de Mulheres no PA Fruta Danta surgiu do nosso sentimento de discriminação, pois a gente não era convidada a participar de reuniões e projetos da Associação Comunitária com os maridos. E também, surge dos nossos desejos de ter um trabalho só nosso e de buscar o conhecimento dos nossos direitos”* (agricultora, PA Fruta Danta, 2004).

Nestes casos, percebe-se que os projetos de agroindústrias comunitárias (padaria, no primeiro e agroindústria de doces, no segundo) foram incorporados como mais uma entre várias atividades desenvolvidas no âmbito destes grupos.

Já o grupo “Doces do Cerrado” foi formado exclusivamente com a finalidade de gerir e executar um projeto de agroindústria coletiva de doces com frutos coletados no cerrado, como pequi, mangaba, goiaba e caju. Embora se constate uma forte integração entre as agricultoras participantes e sua atuação nas atividades da associação comunitária, a atividade de fabricação e venda conjunta de doces consiste em uma atividade isolada das outras da associação e tem objetivos predominantemente econômicos.

Porém, também na experiência da agroindústria de doces do PA Fruta Danta, nota-se predominância de objetivos econômicos. Percebe-se que, mesmo inserido numa organização solidária de mulheres, a experiência teve um caráter

exclusivo de geração de renda, enquanto no projeto da padaria comunitária do PA Aruega, além da geração de renda, as mulheres pensam na importância de poder abastecer de pães o assentamento e outras localidades vizinhas.

Neste sentido, é interessante ressaltar que, no PA Fazenda Aruega, a organização das famílias é tida como uma questão essencial, que não é privilégio apenas das mulheres. Em relação à produção, os agricultores deste local reconhecem que o trabalho coletivo, às vezes, é difícil, envolvendo vários obstáculos, tais como a divisão da produção, do trabalho e dos ganhos de forma equitativa entre as famílias. Mas, por outro lado, consideram que a união e organização são fundamentais para que sejam respeitados os seus direitos e atendidas as suas reivindicações pelo poder público. Um agricultor assentado comenta que:

*‘No começo era tudo comunitário, as lavouras, o gado, os porcos... Depois teve o alambique... Mas, aos poucos, as famílias foram saindo do grupo coletivo, que eram todas as 25 famílias assentadas... Aí, criou-se a Associação com o objetivo de continuarmos organizados para conseguir as coisas... projetos... infra-estrutura... mas não para dividir a produção. A gente percebeu que, para a organização, o coletivo é bom, mas para a produção, não é... Hoje são 22 famílias associadas’* (agricultor, P A Fazenda Aruega, 2004).

Na Fazenda Aruega percebe-se que, as famílias participam de empreendimentos coletivos, porém, não têm neles grandes expectativas de produzir no coletivo: a sua organização independe deles.

De outra forma, percebeu-se que, no PA Fruta Danta, a questão organizativa não continuou recebendo a mesma atenção no decorrer da caminhada dos grupos. Ao que parece, a identidade coletiva das famílias assentadas não permaneceu a mesma à medida que os objetivos coletivos foram alcançados.

Alguns agricultores comentaram que este assentamento alcançou diversos benefícios graças à sua organização e mobilização em associação comunitária e ao apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da FETAEMG. Conseguiu do INCRA uma usina de beneficiamento de leite, onde são processados 15 mil litros de leite/dia na época da seca, escola com capacidade para 600 alunos, atendimento médico com frequência e diversos financiamentos para projetos coletivos, como um do ITER, a fundo perdido, para a implantação de uma agroindústria de doces. Mas, gradativamente, os objetivos comuns na área política e social deram lugar a interesses econômicos. Esta realidade foi constatada em duas reuniões, nos quais pôde-se perceber um claro distanciamento entre a associação comunitária e a cooperativa do assentamento. Segundo alguns agricultores associados, os interesses econômicos superaram os políticos e os laços que unem as famílias passaram a se limitar a este aspecto, havendo maior organização dos agricultores em torno da COOPEFRUTA do que da associação.

No entanto, em todos os três assentamentos, o elemento fundamental de sua formação foi a organização política. Nestes locais há, ou houve, no início de sua formação, uma mobilização dos agricultores por meio de suas organizações de base – associações e sindicatos de trabalhadores rurais – e das entidades dos movimentos sociais – Movimento Sem Terra, FETAEMG ou Comissão Pastoral da Terra – em busca dos direitos dos trabalhadores rurais, do acesso à terra, das mesmas condições de produção que a agricultura patronal no que se refere à crédito, infra-estrutura, assistência técnica e na comercialização.

De forma semelhante, a maior parte das comunidades rurais pesquisadas também recebeu apoio e assessoria na formação e conscientização dos camponeses. Nestas, há também uma identidade construída com base em laços de parentesco, religiosos e culturais, que contribuem para a organização e coesão dos grupos e os predispõem à solidariedade e à cooperação.

Nesta direção, destacaram-se os grupos por interesse GT Horta, GT Cana e AAPIVAJE, que reúnem agricultores(as) de várias comunidades rurais do município de Turmalina. Embora estes grupos tenham partido de uma idéia e estratégia do CAV, tiveram amplo apoio e participação dos agricultores e agricultoras, em decorrência de dois fatores principais: um desejo anterior destes agricultores e agricultoras de aumentar a produção e melhorar a sua entrada nos mercados, e a proximidade preexistente entre o CAV e as comunidades rurais do Alto Jequitinhonha.

Nestes casos, nota-se que os valores culturais, o espírito associativo e os laços de solidariedade entre os camponeses têm sido um fator fundamental para o bom funcionamento e avanço das experiências, que têm um foco central na comercialização, mas, ao mesmo tempo, abrangem a produção e o associativismo, enfatizando a importância da qualidade dos alimentos e da organização dos agricultores.

O projeto de horta comunitária da comunidade Santa Rita, na região Noroeste, partiu de uma iniciativa externa. Trata-se de um empreendimento que tem a finalidade de compensar as famílias pelos danos causados pela empresa proponente do projeto – uma empresa mineradora instalada nas proximidades da comunidade. Houve o interesse imediato da comunidade frente à possibilidade de ganhos econômicos e ao desejo de obter alguma compensação pelos prejuízos ambientais.

Num outro tipo de situação, surge o Grupo dos apicultores e o Grupo das horticultoras, ligados à ASPEL, na comunidade da Limeira, região do Mucuri. Estes grupos se originaram da iniciativa desta associação comunitária, que reivindicou um recurso inicial junto à ARMICOPA para iniciar as atividades de produção e venda de mel e de hortaliças por alguns agricultores e agricultoras interessados nestas atividades. Porém, pôde-se perceber que estes grupos não se organizaram como grupos efetivos; não se reúnem com frequência, não



empreendem ações conjuntas, apenas adquiriram conjuntamente os equipamentos necessários às atividades e só conversam sobre temas de seu interesse durante as assembléias da ASPEL ou esporadicamente.

As experiências que efetivamente partiram de uma demanda das bases de agricultores foram a COOPEFRUTA e as agroindústrias comunitárias de produtos típicos das regiões, tais como a farinha de mandioca e os derivados da cana. Nestas, percebe-se um grande interesse das famílias, principalmente em decorrência das facilidades que proporcionam ao processo produtivo, como comentam alguns agricultores e agricultoras:

*‘A agroindústria de farinha surgiu de uma reivindicação do assentamento ao INCRA, há mais ou menos 4 anos. Ela tem o objetivo de facilitar o trabalho das famílias e de mostrar que a gente quer produzir’(Agricultor, PA Aruega, 2004).*

Estas experiências mostram que nem sempre são os objetivos econômicos, associados ao mercado, os que mais interessam aos agricultores. Nos casos das agroindústrias de mandioca, por exemplo, a possibilidade de facilitar o trabalho e melhorar as condições de produção da farinha de mandioca e do polvilho, que são produtos típicos da dieta alimentar das três regiões, constitui o objetivo principal.

Dessa forma, pôde-se perceber que as experiências se originam de diversas maneiras: podem partir da iniciativa de um grupo social específico, das associações comunitárias, das organizações mediadoras ou de iniciativas privadas. Porém, o que faz a diferença no sentido do envolvimento dos grupos nas atividades é a sua organização preexistente, ou seja, as características das relações sociais entre os(as)agricultores(as) e entre estes(as) e as organizações – de base, mediadoras ou privadas. Nesta direção, ao contrário do que se poderia supor, percebeu-se que, mesmo quando o empreendimento coletivo não parte da iniciativa dos grupos sociais ou de uma demanda das comunidades, ele pode vir

a ser atraente aos agricultores e agricultoras, que decidem se empenhar para o seu adequado funcionamento e no processo de elaboração de normas de gestão.

### **5.1.2 A gestão dos bens comuns**

Nas experiências abordadas nesta pesquisa observaram-se bens comuns de diferentes tipos e dimensões. Algumas experiências possuem bens comuns facilmente visíveis, como nos casos das agroindústrias comunitárias e da COOPEFRUTA. Outras não, podendo possuir como bem comum um espaço de comercialização que, a rigor, nem mesmo pertence ao grupo – como os espaços das feiras livres – geralmente em galpões de propriedade das Prefeituras Municipais e ruas das cidades, ou um canal de comercialização no qual é vendida a produção de agricultores(as) de um determinado grupo. Podem-se, ainda, encontrar experiências que independem de bens ou recursos comuns, tendo como elemento central um objetivo ou expectativa em comum.

Dessa forma, percebe-se que não são os bens comuns que necessariamente unem os grupos; a existência de bens comuns é um elemento a mais que delimita e identifica o grupo. Ou seja, se há um bem comum, ele é comum a algumas pessoas e estranho a outras, definindo “os de dentro” do grupo e “os de fora”.

No entanto, para analisar a dinâmica desses grupos, a consistência e os tipos dos bens comuns são elementos essenciais. Existem diferenças fundamentais acerca dos direitos de propriedade destes bens: podem ser “bens comuns”, ou seja, de propriedade de todos os participantes da experiência coletiva, ou bens de uso comum, que podem ou não ser de propriedade dos participantes, mas que são utilizados em comum pelo grupo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>Sobre este tema Mc Kean & Ostrom (2001) faz uma diferenciação entre base comum de recursos – em que a propriedade não fica definida e pode ensejar a “tragédia dos comuns” e as formas de direitos de propriedade comum, que se refere a um tipo de propriedade privada porém compartilhada. Em outra direção, Thompson (1998) desenvolve o tema que diferencia a lei e o costume no uso de recursos comuns.

Estas diferentes características mostraram influir nas lógicas que orientam a elaboração de normas nas experiências estudadas, principalmente no que se refere à entrada de novos participantes ou, em outras palavras, à delimitação do grupo e à necessidade de exclusão de beneficiários-usuários potenciais.

Observou-se que este critério recebe maior ou menor atenção de acordo com a capacidade de suporte dos empreendimentos coletivos, ou seja, conforme a demanda por mão-de-obra ou por produção. Algumas experiências não necessitam excluir participantes potenciais; ao contrário, devem procurar aumentar o seu número devido ao objetivo a que se dedicam e ao nível de consolidação no qual se encontram.

É o caso das experiências que têm como objetivo central a agregação da produção e a inserção dos agricultores e agricultoras familiares no mercado. Nestas, a princípio, parece não haver limites para a entrada de novos membros, pois se o objetivo é aumentar a produção para, conseqüentemente, obter maior poder de negociação frente aos compradores e concorrentes, quanto mais participantes, melhor. No entanto, o limite ao número de participantes poderá se apresentar no momento em que o aumento de produção provocar uma queda nos preços recebidos, configurando uma situação na qual haverá subtração de benefícios de uns sobre os outros participantes.

Esta situação está longe de ser realidade nestas três experiências, em que observou-se que ocorre uma demanda pelos produtos maior do que a produção. Porém, embora não tenha o objetivo de limitar o tamanho do grupo, nestes três casos, percebe-se que a entrada de novos sócios implica também em eles tornarem-se co-proprietários por meio da aquisição de cotas-parte, no caso da COOPEFRUTA, ou pagamento de percentuais sobre a comercialização, no GT Cana e na AAPIVAJE. Este critério garante aos sócios ou cooperados o direito à

---

parte proporcional das receitas sobre a comercialização, que tem sido efetiva e proporcionado ganhos concretos.

De forma semelhante, as agroindústrias comunitárias de farinha de mandioca e de cana consistem em experiências coletivas que têm o objetivo de envolver uma elevada quantidade de pessoas. Visam atender à totalidade de uma comunidade ou assentamento, facilitando a produção, contribuindo para a reprodução das famílias e para a geração de renda.

Porém, há uma diferenciação de direitos de utilização entre sócios e não-sócios que têm o intuito de incentivar a participação das famílias nas associações comunitárias e fortalecer a sua organização.

Outros tipos de experiências procuram se restringir a um número menor de integrantes, devido à própria natureza da atividade e à demanda reduzida de trabalho. Nestas, percebe-se que a questão de se encontrar um número ideal de participantes é considerada primordial, como comentou uma agricultora do Clube de Mães:

*“O grupo começou com 21 mulheres. Porém, com o tempo algumas desanimaram e ficamos em 12 participantes. Mas isso tem um lado bom: com todo mundo não funciona, sempre dá problema. Com o grupo menor é mais fácil de dar certo”* (agricultora, P A Aruega, 2004).

Segundo elas, alguns tipos de problemas são freqüentes, devido ao grupo ser grande demais. Sempre ocorrem dificuldades de relacionamento entre algumas participantes, dificuldades de organização e divisão de trabalho e benefícios de forma justa.

Nestes tipos de experiências, os agricultores e agricultoras procuram elaborar critérios para a entrada de novos membros com base em diversos aspectos. Um deles, que chama a atenção, relaciona-se à forma de aquisição dos

bens necessários ao desenvolvimento das atividades e aos direitos de propriedade destes.

Estes recursos ou bens podem se originar de fundos perdidos de agências financiadoras internacionais ou de órgãos governamentais geridos por ONGs, de doações, de financiamentos governamentais ou privados a longo prazo, de formas específicas de parcerias que, geralmente, envolvem as comunidades, prefeituras municipais e ou outros parceiros.

Nas experiências em que foram realizados financiamentos a LONGO prazo para o início da experiência, o principal critério para a entrada de novos integrantes é o compromisso de assumir uma parcela desta dívida. De forma semelhante, se os primeiros integrantes realizaram investimentos em matéria-prima, equipamentos ou materiais de construção, os novos membros devem realizar investimentos proporcionais. Nas experiências em que adotaram estes tipos de critério, pôde-se notar alguns problemas.

Na agroindústria de doces do PA Fruta Danta, por exemplo, o critério do investimento inicial afastou muitas agricultoras e criou polêmica. Nota-se que, além do recurso governamental a fundo perdido, a experiência utiliza vários outros bens de propriedades diferentes: uma casa da Associação das Mulheres, a energia elétrica “puxada” da associação comunitária do assentamento, além dos investimentos pessoais que foram feitos por algumas agricultoras para compra de vasilhames, matérias-primas, gastos com transportes, etc. Além disso, a agroindústria foi registrada em nome da associação das mulheres o que, em teoria, daria o direito de participação a todas as associadas. Desta forma, envolve recursos públicos – que é o bem comum – e recursos privados, que também se tornam bens comuns, causando uma certa ambigüidade nos direitos de propriedade e desentendimentos entre as agricultoras, pois, nem todas concordam com a determinação de que devam fazer investimentos para a sua participação no empreendimento.

Já no PA Saco do Rio Preto ocorreu que as primeiras participantes do grupo dos Doces do Cerrado assumiram uma dívida, um financiamento do Ministério da Agricultura – Programa Pró-Renda Rural. Cada uma ficou responsável por uma parcela de igual valor. No entanto, a atividade não se mostrou tão compensadora e a obrigação de assumir uma parte da dívida não motivou mais agricultoras a participarem. Ao contrário, decorreu na saída de várias integrantes e no desestímulo para a continuidade da experiência. Como comentam as agricultoras:

*‘Foram poucos momentos de discussões e avaliações, muitas companheiras desanimaram da atividade e decidiram pagar a sua parte na dívida através de outras fontes de recursos próprios’* (agricultora, P A Saco do Rio Preto, 2004).

Por outro lado, nas experiências em que os bens ou recursos iniciais provêm de fundos perdidos ou doações, os(as) agricultores(as) costumam desenvolver outros tipos de critérios para a entrada de novos participantes. Percebeu-se que, nesses casos, quando há o interesse e a devida organização da comunidade, ocorrem negociações mais demoradas, os agricultores e agricultoras têm mais liberdade para decidir, sentem-se mais à vontade para estabelecer critérios, já que não existe o problema crucial que envolve recursos econômicos.

Nesta direção, destaca-se a experiência do grupo da horta comunitária da comunidade Santa Rita, na região Noroeste do estado. Nesta, foi comentado que houve grande interesse dos agricultores e agricultoras inicialmente, devido às expectativas de ganhos econômicos, começando com 13 participantes. No entanto, este número diminuiu rapidamente para 3 participantes, depois que alguns integrantes levantaram a questão da necessidade de estabelecer algumas

normas de gestão, de modo que todos trabalhassem e fossem beneficiados igualmente. Segundo as entrevistas, isso gerou insatisfações e automaticamente a saída de muitos agricultores e agricultoras<sup>5</sup>. Parece não ter sido sem constrangimentos que este grupo decidiu impor estas condições aos candidatos(as) à participação. O que lhe concedeu e assegurou este direito foi o fato destes agricultores e agricultoras serem os responsáveis pelo trabalho na horta, desde o primeiro trato do terreno, passando pelas tarefas diárias de irrigação e pequenos cuidados com as hortaliças, até a colheita e a comercialização. Após esse momento, ficaram estabelecidas algumas regras, ainda que informais, para o funcionamento da horta comunitária. Para iniciar como integrante da experiência, há o momento certo: “*tem que ser quando está no começo do preparo do terreno*”, ficando limitada a entrada de novos beneficiários quando o trabalho já está adiantado, em fase de colheita ou comercialização. Também há o critério para a continuidade como integrante “do grupo da horta”: “*Tem que estar trabalhando ou pagar alguém para trabalhar no seu lugar*”. Ou seja, se o agricultor ou agricultora começar a falhar muito, não tiver motivo justificado, perde o direito aos benefícios da horta. Dessa maneira, nota-se que o fator “trabalho” mostrou -se decisivo na delimitação do grupo.

Além disso, devido à implementação deste projeto, houve um intenso processo de negociações até se chegar a um consenso em torno dos direitos e normas de utilização dos bens adquiridos. Como descreveram os agricultores:

*‘No final das discussões ficou decidido assim: os materiais doados pela empresa – os canos e bomba para a irrigação – são de toda a comunidade, as 27 famílias, mas serão utilizados só na horta, enquanto ela existir. Mas o trator, que foi doado exclusivamente para a atividade*

---

<sup>5</sup> Nota-se aqui um caso de dificuldade de exclusão de beneficiários potenciais dos recursos comuns. Sobre o assunto, consultar Ostrom (1999).

*na horta comunitária, também vai atender às famílias”* (agricultor, comunidade Santa Rita, 2004).

Em outros casos, as experiências surgem independentemente da oportunidade de bens ou recursos para o trabalho conjunto. Nas três experiências do Alto Vale do Jequitinhonha, percebeu-se que a união dos grupos veio da vontade de se organizar, de buscar melhorias coletivas e não algum tipo de recurso para projetos coletivos. Segundo alguns agricultores(as) participantes dessas experiências, os grupos foram formados porque perceberam a necessidade de dialogar, de ter um momento só para conversar sobre assuntos de interesse comum e, então, com o incentivo do CAV, organizaram-se nestes GTs, que são abertos a todos que queiram participar, sendo apenas requerido o cadastramento junto ao CAV.

Nestas experiências, notou-se a existência de bens de uso comum, relacionados ao processo de comercialização. No GT Feira, trata-se de um galpão cedido pela Prefeitura Municipal de Turmalina. Neste caso, ocorrem problemas e dificuldades de gestão, devido aos direitos de propriedade e de tomada de decisões. Ou seja, como o galpão é da Prefeitura Municipal, é ela quem determina as normas e decide o que é permitido ou não; mas, por outro lado, os usuários deste espaço são os feirantes e, como tal, eles consideram ter o direito de participar da elaboração destas normas e também de tomar decisões a respeito da organização deste espaço. A este respeito, foram relatadas algumas decepções por parte dos(as) agricultores(as) devido à não efetivação de encaminhamentos eleitos conjuntamente em reunião entre os feirantes e Prefeitura Municipal, tais como: a proibição da realização de leilões de gado ou quaisquer outros tipos de eventos no galpão nos dias da semana em que não ocorrem as feiras, a implantação de cobertura adequada na parte da feira que se destina à venda de carnes, visando um melhor acondicionamento do produto e a proibição de vendas de bebidas alcoólicas em dose nesse espaço.



Na AAPIVAJE e no GT Cana, são utilizados conjuntamente a estrutura do CAV, para a realização de reuniões e contatos telefônicos com compradores e o depósito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde são armazenados os produtos; os(as) agricultores(as) negociam com os mesmos clientes, uma vez que a sua produção é agregada. Existem também quatro kits comunitários de apicultura, constituídos de uma centrífuga, um decantador, um balde e uma peneira. Três deles estão nas comunidades de São Miguel, Poço Dantas e Ponte do Funil, e um no STR de Turmalina. Estes kits comunitários foram conseguidos por meio de um projeto elaborado pelo CMDR com o apoio da EMATER ao PRONAF-Infra-estrutura com o objetivo de apoiar a apicultura na agricultura familiar da região e seguem normas de funcionamento próprias. Estas normas dizem respeito, principalmente, ao direito de uso por todas as famílias das comunidades e à questão do zelo pelos equipamentos.

Além destes kits, há uma grande expectativa por parte dos associados e presidente da AAPIVAJE acerca de um entreposto de mel, que já conta um recurso (Projeto de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – aprovado) da ordem de R\$250.000, destinado à sua construção com toda a estrutura necessária para atender às exigências do Ministério da Agricultura. Também há uma parceria recém-formada com as empresas reflorestadoras instaladas no município de Turmalina, que irão ceder uma parte da área ocupada pelos eucaliptos para a criação de abelhas pelos(as) sócios da AAPIVAJE. Sendo assim, estas áreas serão de uso comum.

No GT Cana conseguiu-se um recurso do PRONAF Infra-estrutura para montar um entreposto de cana-de-açúcar que já está construído e ainda não começou a funcionar devido a questões burocráticas relacionadas ao poder público municipal.

Observou-se, então, que as especificidades quanto aos objetivos das experiências, ao tipo de bem que é utilizado em comum pelos grupos e à sua

forma de aquisição influem na elaboração de critérios e normas de gestão, assim como as características das relações e organização social dos grupos nas comunidades rurais ou assentamentos. Esta questão, em última instância, revelou-se fundamental, determinante da capacidade diferenciada de elaborar e respeitar normas coerentes com os ideais de ajuda mútua e cooperação implícitos na idéia de economia solidária.

### **5.1.3 A gestão e a organização interna das experiências**

O funcionamento interno das experiências coletivas ocorre de maneiras diferentes e específicas a cada caso. Na maioria, nota-se que as decisões e o processo de organização das atividades conjuntas acontecem por meio de assembléias de sócios. As que não funcionam desta maneira são geridas pelas famílias ou pelos agricultores e agricultoras envolvidos, no convívio cotidiano, informalmente. Além disso, na maior parte das experiências, as associações comunitárias dos assentamentos e ou comunidades mostraram exercer um papel fundamental na sua organização e gestão, embora, em alguns casos, não exista esta ligação ou ela se demonstre menos importante.

Destas diferenças nas características organizacionais e nas relações com as associações comunitárias decorrem formas diferentes de participação dos agricultores e agricultoras, de acordo com os diversos mecanismos implementados. No entanto, é importante ressaltar que estas estruturas organizacionais dependem, em grande parte, da dimensão das experiências e dos objetivos que pretendem alcançar.

Assim, nota-se, nos casos da AAPIVAJE e da COOPEFRUTA, uma estrutura bastante formalizada, contando com estatuto, regimento interno, diretoria, conselho fiscal e assembléias anuais ordinárias ou extraordinárias, nas quais as decisões mais importantes são tomadas, por meio de votações, nas quais a maioria decide. Os assuntos mais corriqueiros ficam a cargo da diretoria, que é

eleita, geralmente, de dois em dois anos. As normas, direitos e deveres dos associados/cooperados, etc. estão previstos e formalizados e há, além disso, uma formalização em atas de todas as decisões e encaminhamentos deliberados em assembléias e reuniões da diretoria, conselho fiscal ou outras instâncias. Esta forma de organização é fundamental nestes casos, tratando-se de experiências que têm como objetivo a organização da produção dos sócios/cooperados e a sua colocação nos mercados – o que tem sido efetivamente alcançado, com o movimento de uma soma expressiva de recursos. Para isso, é exigida uma série de formalizações e documentações que os empreendimentos devem atender.

No entanto, em outros casos, esta estrutura e mecanismos de organização são seguidos por serem culturalmente praticados no âmbito das associações comunitárias, sem haver uma necessidade imposta por fatores externos. Ou seja, a forma de organização interna de algumas experiências costuma seguir o padrão das associações comunitárias. Esta é a forma de organização que estes grupos conhecem e, mesmo que em menores proporções, é comumente praticada em quaisquer tipos de experiência conjunta, seja com fins econômicos ou não.

A estrutura organizacional é baseada nos cargos de coordenador(a), vice-coordenador(a), tesoureiro(a) e secretário(a), nos grupos de mulheres e nas agroindústrias de farinha e derivados da cana; os representantes destes cargos são eleitos, geralmente, nas assembléias das associações comunitárias. Embora esta estrutura predomine, em alguns casos, os grupos têm maior autonomia, enquanto, em outros, há dependência das associações comunitárias para a tomada de decisões e resolução de conflitos.

No Clube de Mães do assentamento Fazenda Aruega, a estrutura organizacional é formada por coordenadora, vice-coordenadora, tesoureira e secretária; existe um regimento interno. Não realizada de reuniões semanais e há uma forte ligação com a associação comunitária. A este respeito, a

implementação da padaria comunitária, embora seja um projeto empreendido pelo grupo de mulheres, foi discutido em reunião da associação – ASCOPAFA – e assinado pelos seus diretores. Diante disso, as agricultoras consideram que as normas de gestão – que estão em processo de discussão – deverão ser aprovadas entre todas as famílias associadas na ASCOPAFA, mas deverão ser elaboradas pelo Clube de Mães. Da mesma maneira, a maior parte dos problemas deverá ser resolvida internamente e apenas os casos mais complicados levados à associação.

As agricultoras integrantes deste grupo comentaram que este projeto foi bastante discutido; foi pensada a possibilidade de uma agroindústria de doces ou de uma padaria, decidindo-se pela padaria comunitária, como descrevem:

*“A decisão pela padaria, que vai se chamar Pão e Vida, foi devido ao assentamento possuir mais insumos nesta área, como a farinha de mandioca, o milho, o polvilho e até um pouco de leite”* (agricultora, PA Fazenda Aruega 2004).

Além disso, nesta experiência, embora as normas e regras para a gestão não estejam formalmente determinadas, alguns consensos ocorrem no interior do grupo, como foi relatado:

*“Tem que ter compromisso com o objetivo (...) Tem que ter disciplina e horário, umas não podem trabalhar mais que outras (...) Se todas sabem que existem aquelas regras, então tem que segui-las”* (agricultoras, PA Fazenda Aruega, 2004).

Também nas agroindústrias comunitárias de farinha de mandioca e cana-de-açúcar há uma estrutura semelhante, embora geralmente se restrinja a apenas um representante (coordenador) e um suplente. Estes têm responsabilidades semelhantes em todos os casos, tais como organizar a ordem das famílias na utilização das agroindústrias, cobrar e receber as taxas destinadas ao pagamento

de contas de luz, limpeza e manutenção dos equipamentos e estrutura física, levar quaisquer tipos de problemas ou conflitos às reuniões das associações.

Porém, na agroindústria comunitária de cana-de-açúcar da comunidade Morro Redondo, município de Turmalina a organização é mais autônoma. O empreendimento coletivo está incluído no setor de agricultura do Conselho Comunitário do Alto Morro Redondo (COM AMOR) e possui uma diretoria, constituída de presidente, tesoureiro e secretário, um conselho fiscal e realiza assembléias específicas que acontecem anualmente e sempre que necessário (assembléias extraordinárias), de forma independente das assembléias gerais do conselho. Além disso, possui mecanismos bem definidos para a solução de problemas de gestão. Como comenta o diretor desta experiência:

*“É realizado um planejamento na época da colheita de cana, no qual se determina a ordem de utilização pelas famílias. Mas, se mesmo assim acontecem problemas nesta questão, estes são resolvidos através de sorteios”* (agricultor, 2004).

Em outras experiências coletivas, especialmente nos casos em que não há uma cultura de trabalho conjunto e nem uma organização social coesa, há forte dependência das associações comunitárias para a resolução de problemas e definições de normas. Esta situação foi encontrada na agroindústria de farinha da comunidade Misterioso, nos grupos de apicultores e horticultoras e na agroindústria de farinha, ligados à ASPEL e na agroindústria de doces da associação de mulheres do PA Fruta Danta. Na agroindústria de farinha de mandioca da comunidade Limeira, embora tenha ocorrido, no início, um processo participativo de negociações, no qual se definiu a localização ideal para a construção da agroindústria, o valor da taxa de manutenção a ser pago pelas famílias associadas e elegeu-se o agricultor responsável pela organização, devido à diminuição da produção de mandioca na comunidade e,

conseqüentemente da intensidade do uso da agroindústria, algumas normas fundamentais, como o pagamento de taxas de manutenção pelos sócios, não têm sido cumpridas e a comunidade aguarda uma solução pela associação comunitária, não havendo um mecanismo específico dos usuários para estas negociações.

Já no caso da agroindústria da comunidade Misterioso de um conflito atravança o processo de gestão. Ocorre que, embora a “tenda de farinha” não esteja totalmente construída, já tem sido utilizada por quatro famílias da comunidade regularmente. Porém, muitos acordos e definições ainda estão em suspenso, pois, como os equipamentos foram conseguidos pelo CMDRS por meio do PRONAF mas a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Misterioso (APPRM) teve que aprovar e assinar como a proprietária, estes dois órgãos ficaram simultaneamente responsáveis pela gestão do bem e têm discutido se todas as famílias poderão utilizar a agroindústria nas mesmas condições, ou se quem não é associado da APPRM deverá pagar uma taxa extra. Além disso, há uma discordância entre ambos sobre as normas para a manutenção do bem: enquanto a associação defende que deve-se manter um caixa específico para este fim, o CMDRS argumenta que, em caso de estragos, o (a) responsável é quem deve arcar com os custos do conserto. Nota-se, neste caso, uma disputa de poder e de interesses dificultando o processo de gestão dos bens comuns e uma dificuldade de encontrar uma solução, que está sendo encaminhada em reuniões da Associação.

Na mesma direção, destacam-se os conflitos que ocorrem na associação de mulheres do PA Fruta Danta em relação à experiência da agroindústria de doces. Nesta associação, o que chama a atenção é que, embora existam regras formalizadas em estatuto, muitas atividades são orientadas por acordos estabelecidos informalmente, sem que estes acordos sejam de pleno conhecimento de todas as agricultoras. Apesar das decisões referentes à

agroindústria terem sido tomadas em reunião da Associação de Mulheres, alguns comentários sugerem que nem todas as agricultoras têm o mesmo poder de decisão:

*“Nem sempre é ouvida a palavra de todas...Tem que ser feito o que é melhor para todas”* (agricultora, PA Fruta Danta, 2004).

Em outras situações, algumas experiências coletivas nas quais não há uma estrutura organizacional formalizada e não existem cargos e funções determinados a priori. São experiências orientadas por laços de parentesco e ou estreitas relações sociais.

É o caso, por exemplo, dos GTs ligados ao CAV, no Alto Vale Jequitinhonha. Estes grupos são formados de acordo com o interesse dos agricultores e agricultoras em produtos específicos. Os integrantes se reúnem freqüentemente, de acordo com as demandas do próprio grupo e encaminham ações também de acordo com as necessidades e problemas que vão aparecendo no decorrer de suas atividades. Numa dessas reuniões, entretanto, foi indicada uma comissão responsável por intermediar as decisões do GT Feira junto à Prefeitura Municipal de Turmalina, devido às dificuldades encontradas pelos agricultores e agricultoras feirantes nesta relação. Percebe-se que, nos GTs, a eleição ou a indicação de representantes ocorrem em função de situações que se impõem. A gestão é orgânica, sem formalização de normas, embora estas existam e relacionem-se com a harmonia do convívio entre os participantes e com a questão da qualidade dos produtos. A resolução de conflitos ou problemas internos ocorre por meio do diálogo entre os participantes nos vários momentos de reuniões e debates que são promovidos pelo CAV.

De forma semelhante, as experiências da comunidade Santa Rita, na região Noroeste, não são guiadas por normas formalmente estabelecidas, mas existem consensos acerca do comportamento esperado de cada família

envolvida. Tanto na horta comunitária quanto entre as famílias feirantes há uma relação muito próxima de parentesco que permeia as relações sociais e orienta o funcionamento das atividades. A organização da atividade de feira acontece conjuntamente, de uma forma leve, orgânica; as famílias tomam decisões individualmente, mas ocorrem intensas trocas de informações, idéias e ajuda mútua tanto na produção quanto na comercialização. Ao mesmo tempo em que a produção é individual-familiar, o processo de organização dos produtos para a comercialização envolve, além dos parentes, os amigos e vizinhos. Ocorrem formas solidárias de comércio entre os(as) agricultores(as) da comunidade, principalmente no fato de os feirantes comprarem produtos dos não-feirantes para comercializar na feira, pois, dessa forma, mesmo as pessoas que não têm condições de transporte – que parece ser o maior gargalo para que haja uma maior participação – ou produção suficiente para manter uma barraca, podem se beneficiar indiretamente. Como definem os agricultores:

*“O pessoal vende para a gente, a gente vende na feira (...) A gente compra frango, banana, mandioca, pimenta e outras coisas (...)”*  
(agricultor, comunidade Santa Rita, 2004).

Além disso, foi comentado e observou-se, durante a feira, que quando uma família tem uma quantidade grande de produtos, estes são espalhados pelas barracas dos outros feirantes da comunidade, acreditando-se que uma melhor distribuição de produtos aumenta as possibilidades de vendas.

Com base nestes exemplos, nota-se que a estrutura organizacional baseada na democracia representativa, freqüentemente encontrada nas experiências coletivas das comunidades rurais e ou assentamentos, constitui uma maneira desenvolvida no interior das organizações de base e contribuem para a organização dos agricultores e agricultoras familiares e para o desenvolvimento de atividades econômicas coletivas. No entanto, fica claro que ela, por si só, não



é suficiente para proporcionar a participação das bases nas tomadas de decisões. Envolvem-se aí outros fatores fundamentais, como o acesso às informações e o esclarecimento adequado dos temas em discussão, o diálogo franco entre os participantes e entre esses e as diretorias ou coordenações e um adequado esforço de negociações, que são imprescindíveis para que se promova uma participação ativa dos participantes, caminhando no sentido da auto-gestão.

A partir dos aspectos abordados ao IONGo deste capítulo realiza-se a seguir uma síntese das experiências, comparando-se o grau de protagonismo (Quadro 2) e de participação dos agricultores e agricultoras em cada caso (Quadro 3).

O protagonismo dos participantes foi analisado observando-se a relação entre as origens das experiências e a sua coordenação, ou seja, a partir da relação entre a motivação inicial do grupo e o seu envolvimento na gestão da atividade desde o planejamento até a ação.

Para a análise do grau de participação, consideraram-se os mecanismos de participação implementados e o interesse da comunidade ou assentamento em se envolver nos empreendimentos coletivos.

QUADRO 2 Indicadores de protagonismo

<b>Experiências</b>	<b>Origem</b>	<b>Coordenação das atividades</b>
Grupo dos “Doços do Cerrado”	Oportunidades de recursos externos para agroindústrias coletivas	Não existe uma coordenação, as atividades são organizadas em função de demandas esporádicas de vendas.
Agroindústria de doces do P A Fruta Danta		Pelo Clube de Mães
Padaria comunitária (Clube de Mães – P A Fazenda Aruega)		

Continua...

QUADRO 2. continuação.

<b>Experiências</b>	<b>Origem</b>	<b>Coordenação das atividades</b>
Horta comunitária	Doação de recursos por empresa privada	Pelos participantes da experiência
Feirantes	Iniciativa dos agricultores	
AAPIVAJE	Iniciativa do CAV	Pela diretoria + associados + CAV
GT Horta ou GT Feira		Pelos participantes + CAV
GT Derivados da Cana (Turmalina e outros municípios)		
COOPEFRUTA	Iniciativa da associação comunitária e do STR	Pela diretoria da cooperativa + cooperados em assembléias
Agroindústria de cana da Comunidade Morro Redondo	Iniciativa do conselho comunitário	Pela diretoria + associados(as) em assembléias
Agroindústria de farinha de mandioca (PA Fazenda Aruega)	Iniciativa da associação comunitária	Por um coordenador + associação + associados em assembléias
Agroindústria de farinha de mandioca da Comunidade Misterioso	Iniciativa do CMDRS	Pela diretoria da associação comunitária + representante do CMDRS
Agroindústria de farinha de mandioca da Comunidade Limeira	Iniciativa da associação comunitária	Pela associação comunitária, centralizada no presidente
Grupo de apicultores da Comunidade Limeira		Não há ma coordenação, as atividades são individuais
Grupo das horticultoras da Comunidade Limeira		

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Observando-se o Quadro 2, pode-se perceber que seis experiências originam-se da iniciativa das organizações de base – Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias ou Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –, três surgiram em decorrência da

oportunidades de recursos externos para implementação agroindústrias coletivas, uma de doação de empresa privada, três da iniciativa da organização mediadora (CAV) e apenas uma da iniciativa dos próprios agricultores familiares.

Porém, nota-se que estas diferentes origens não influem diretamente na coordenação das atividades dos grupos. Alguns casos mostram que, mesmo partindo de oportunidades externas ou da iniciativa de organização mediadora, os grupos se apropriam dos empreendimentos e protagonizam os processos de planejamento, organização e gestão das atividades: são os casos da horta comunitária, dos GTs, da AAPIVAJE e da padaria comunitária. Por outro lado, observam-se casos de empreendimentos coletivos que surgiram da iniciativa da organização de base (associação comunitária), mas não conseguem uma coordenação eficiente, apresentam uma forte dependência destas associações para a sua organização e funcionamento efetivo ou centralização em representantes. É o que ocorre nos casos do Grupo de Apicultores, do Grupo das Horticultoras, da agroindústria comunitária, no Povoado de Limeira e a agroindústria comunitária da comunidade Misterioso.

No entanto, é interessante notar que a maioria das experiências (9) é coordenada pelo próprio grupo, isoladamente ou de forma compartilhada com as organizações de base e ou mediadoras. Este fato independe das demandas e iniciativas iniciais para a implementação dos empreendimentos e está relacionado às características da organização interna dos grupos e às relações de proximidade existente entre estes e as organizações de base e ou mediadoras. Assim, nota-se o “protagonismo” dos agricultores e agricultoras nos casos do PA Fazenda Aruega (padaria comunitária e agroindústria de farinha), nas experiências da horta comunitária e dos feirantes, da comunidade Santa Rita, nas experiências do Vale do Jequitinhonha (GTs, AAPIVAJE e agroindústria de cana da Comunidade Morro Redondo) e na COOPEFRUTA.

QUADRO 3 Indicadores de participação

<b>Experiências</b>	<b>Mecanismos de participação</b>	<b>Participação da comunidade</b>
Grupo dos ‘Doços do Cerrado’	Reuniões esporádicas em função de oportunidades de vendas	Pouco interesse
Agroindústria de doces do PA Fruta Danta		
COOPEFRUTA	Assembléias ordinárias e extraordinárias	Tem aumentado
Horta comunitária da Comunidade Santa Rita	Reuniões do grupo e convívio cotidiano	Número estável de participantes
Feirantes da Comunidade Santa Rita	Forte interação no convívio cotidiano	
AAPIVAJE (Turmalina e outros municípios)	Reuniões freqüentes e assembléias ordinárias e extraordinárias	Tem aumentado substancialmente
GT Horta ou GT Feira	Reuniões freqüentes e convívio entre os(as) participantes	Tem aumentado
GT Derivados da Cana		
Agroindústria de cana do Morro Redondo	Assembléias específicas da agroindústria	Número estável de participantes
Padaria comunitária do PA Fazenda Aruega	Reuniões freqüentes do Clube de Mães e assembléias da associação comunitária	Número estável de participantes
Agroindústria de farinha de mandioca do PA Fazenda Aruega	Assembléias da associação comunitária + contato com o coordenador	
Agroindústria de farinha de mandioca (Comunidade Misterioso)	Reuniões da associação comunitária	Tem aumentado
Agroindústria de Comunidade Limeira)	Assembléias da associação comunitária	Tem diminuído
Grupo de apicultores da Limeira		
Grupo das horticultoras da Limeira		

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

O Quadro 3 mostra que há participação dos agricultores e agricultoras tanto em termos qualitativos, procurando compreender os tipos de mecanismos

de participação interna praticados, quanto em termos quantitativos, observando o interesse das famílias e o número de participantes. No entanto, é importante ressaltar que a quantidade de integrantes depende, em grande parte, da capacidade de suporte dos empreendimentos coletivos e da demanda por trabalho e produção, como já comentado anteriormente.

Algumas experiências não possuem mecanismos de participação; os(as) integrantes reúnem-se apenas em função de demandas, não existindo um momento ou espaço específico para planejamento, organização ou avaliações internas. Outras restringem-se às assembleias das associações comunitárias, não possuindo mecanismos próprios de participação, sendo os assuntos de interesse dos grupos tratados em meio a diversos outros temas inerentes às associações. Nestes dois tipos de situações, não há o interesse das famílias agricultoras em se integrar ao grupo, ou a sua participação tem diminuído, com exceção da agroindústria da comunidade Misterioso.

Por outro lado, na maior parte das experiências existem momentos específicos para a organização e discussões internas; ocorrem reuniões frequentes, assembleias e ou contatos estreitos entre os participantes. Nestes casos, a participação tem aumentado ou encontra-se estável, por ter atingido o número ideal (ou máximo) de participantes. São as experiências do PA Fazenda Aruega, da horta comunitária e dos feirantes da comunidade Santa Rita, do Vale do Jequitinhonha e a COOPEFRUTA.

## **6 ORGANIZAÇÕES MEDIADORAS E RESULTADOS**

Em todos os casos, os agricultores e agricultoras identificam resultados alcançados em decorrência das experiências coletivas. Foram ressaltados resultados imateriais, tais como o aumento de credibilidade destes grupos frente ao poder público e à sociedade, o envolvimento com diversas organizações, que se tornaram parceiras, não só dos empreendimentos coletivos, mas das comunidades e ou assentamentos como um todo e o trabalho conjunto, com uma estreita convivência entre os(as) participantes. Além disso, como resultados materiais, os agricultores comentaram a inserção dos produtos das experiências nos mercados, os tipos de mercados conquistados e o potencial das experiências coletivas para a geração de renda. Ao mesmo tempo, os agricultores e agricultoras avaliaram a importância das organizações mediadoras para a conquista destes resultados.

Nesta perspectiva, este capítulo avalia os tipos e consistência dos resultados alcançados pelas experiências, considerando a metodologia de trabalho na linha da economia solidária e a contribuição das organizações mediadoras.

### **6.1 Os resultados imateriais**

#### **6.1.1 No Vale do Jequitinhonha**

Na região do Vale do Jequitinhonha, a atuação do CAV enfatiza a questão da organização dos agricultores e do associativismo. A metodologia de trabalho baseada nos GTs possibilita fortalecimento dos objetivos comuns, devido à promoção de vários espaços de discussão em diversos temas, que não se restringem às questões técnicas ou de comercialização. Estes momentos de debates acontecem durante as reuniões internas dos grupos na sede do CAV, em

seminários locais ou regionais, que procuram envolver várias organizações e atores do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.

Os objetivos dos GTs não se limitam à busca por geração de renda para os agricultores familiares da região. Ao contrário, são abordadas diversas questões de seu interesse, procurando-se, principalmente, valorizar e incentivar o espírito de grupo, como esclarecem os técnicos do setor:

*“É uma coisa aberta, não é um grupo fechado, mas também a gente não força as pessoas... A gente convida para estarem discutindo desde as dificuldades financeiras, assistência técnica até questões de organização e mobilização... A gente não preocupa com quantidade, a preocupação é com o fato das pessoas estarem entendendo o espírito de trabalhar em conjunto, perceberem que através da união é mais fácil alcançar os objetivos”* (técnico, economia solidária do CAV, 2004).

Além disso, a metodologia de trabalho do CAV prioriza a participação dos agricultores e agricultoras nas tomadas de decisões, procurando agir de acordo com as suas demandas, como comenta o coordenador do programa:

*“A gente vai trabalhando com muito cuidado para não estressar as pessoas, não levando nada novo, mas procurando agir a partir do que já está construído. As pedras que a gente vai encontrando, a gente vai tirando, junto com eles”* (coordenador, economia solidária do CAV, 2004).

Então, percebe-se que o CAV tem o papel de animação e assessoria aos grupos de trabalho, apóia o encaminhamento das decisões e prioridades definidas pelos agricultores e agricultoras, privilegiando sempre a autonomia dos mesmos. Trabalha como uma incubadora; o que se espera é que todo GT se transforme em uma associação, não necessariamente formal, mas que as pessoas – agricultores e agricultoras familiares – sintam a necessidade e a importância dessa busca coletiva. Então, as ações são desenvolvidas sem perder de vista que

o domínio da situação deve estar nas mãos dos agricultores. O que se procura é fomentar a estruturação e a organização, de maneira que:

*‘Se, amanhã, o CAV não estiver aí, e les já tenham a noção do que deve ser feito (...) A gente sabe que o patrimônio maior é a compreensão das pessoas!’*(coordenador da economia solidária, CAV, 2004 ).

Partindo-se desta concepção, o CAV tem conseguido, a LONGo prazo, resultados duradouros que refletem no aumento gradativo da confiança e credibilidade frente aos agricultores e agricultoras e na maior valorização das atividades coletivas e cooperativas. Como avalia uma agricultora:

*‘Hoje a gente percebe que uma pessoa sozinha não consegue nada, que o pensamento em grupo dá mais resultados.’* (agricultora, GT Feira, 2004).

Também foi comentado por participantes dos GTs, o aumento da demanda, tanto de agricultores(as) do município de Turmalina quanto de outros municípios do Alto ou Baixo Jequitinhonha, em participar dos cursos de capacitação promovidos pelo CAV e em se associar aos GTs. Nesta perspectiva, destaca-se o grupo do mel, institucionalizado na AAPIVAJE. A trajetória desta associação corresponde a um dos mais importantes resultados alcançados pelo CAV no sentido da formação de redes sociais e fomento à economia solidária. A AAPIVAJE existe desde 2001 e é constituída de 133 sócios, distribuídos em 13 municípios do Vale do Jequitinhonha: Turmalina, Veredinha, Carbonita, Leme do Prado, Capelinha, Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo, Virgem da Lapa, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró, Araçuaí e José Gonçalves de Minas.

Segundo o presidente desta organização, o GT Mel começou com um grupo de dez apicultores, em sua maioria moradores do município de Turmalina, que possuíam uma boa produção mas não tinham como comercializar. Após a



realização de várias atividades, tanto ligadas à busca de mercados quanto dedicadas à organização, o grupo de dez apicultores começou a se reunir mais freqüentemente, atraindo o interesse de outros apicultores e aumentando cada vez mais o número de participantes, até fundar a AAPIVAJE, que vem se tornando uma referência regional.

Além do aumento no número de associados(as) e da área de abrangência da experiência, é interessante notar o alcance de novas parcerias e de recursos para projetos, destacando-se a parceria recém-formada com as empresas reflorestadoras da região, que irá disponibilizar uma área – um eucaliptal – para a atividade de apicultura por associados da AAPIVAJE, a aprovação do Projeto de Desenvolvimento Territorial do Vale do Jequitinhonha, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que prevê a implantação de um entreposto do mel e a aprovação de um projeto de R\$11.186,00, pelo CONSEA/PROSAN (Conselho Nacional de Segurança Alimentar/ Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional) para o fomento das atividades da AAPIVAJE, em 2004.

De forma semelhante, nos GTs feira e derivados da cana tem ocorrido um aumento gradativo no número de participantes e na área de abrangência e várias ações direcionadas à articulação com os setores públicos e privados. No caso do GT feira, por exemplo, há um grande esforço no sentido de transformar as feiras livres municipais em tema de políticas públicas e desenvolvimento regional. Uma comissão representante do GT, formada por três agricultores feirantes, tem a função de enfrentar os problemas decorrentes da atuação, nem sempre satisfatória, do poder público municipal, como já comentado anteriormente. Há também a promoção de seminários e encontros, que procuram envolver agricultores e agricultoras, técnicos e assessores de ONGs, agentes de órgãos públicos, sindicalistas, estudantes universitários e outros atores, num esforço de valorização e melhoria das feiras livres municipais. Em um destes

eventos, realizado em julho de 2004<sup>6</sup>, houve troca de experiências entre diversas entidades, municípios e agricultores(as), que discutiram acerca dos problemas e potenciais para a melhoria do funcionamento das feiras livres dos municípios presentes, ao mesmo tempo em que foram identificados pontos de atuação em comum, iniciando-se a formação de algumas parcerias e fortalecendo outras, já existentes.

Em decorrência da promoção de eventos como este e das melhorias percebidas pelos agricultores(as) feirantes, setores do poder público e consumidores do município de Turmalina, o trabalho do GT feira vem despertando a atenção de várias organizações e municípios da região, que têm procurado o apoio e parceria do CAV para trabalhos semelhantes nestes locais. Como exemplo, pode-se citar a parceria entre o CAV e a Prefeitura Municipal de Minas Novas, que está iniciando um trabalho de apoio à organização da feira livre do município.

Além disso, a atividade de feira possibilita um acúmulo de conhecimentos para as famílias feirantes, na medida em que possibilita uma relação estreita entre estas e os consumidores. Nota-se, ainda, uma variedade de formas de comércio solidário, como a distribuição dos produtos dos(as) agricultores(as) por várias bancas, o que facilita as vendas e a troca de produtos ao final da feira.

No GT cana o apoio à produção de derivados deste produtos, especialmente de açúcar mascavo e cachaça, tem sido bastante divulgado. Em decorrência, o CAV tem atendido à demandas de vários municípios, promovendo cursos de capacitação, visitas de agricultores(as) e estudantes de escolas famílias agrícolas à unidade de beneficiamento da comunidade rural do Morro Redondo, em Turmalina, que é considerada modelo. Ao mesmo tempo, é

---

<sup>6</sup> I Seminário sobre Feiras Livres e Políticas Públicas no Alto Jequitinhonha, 23/06/2004, Turmalina.

realizado um trabalho de apoio à implantação de unidades coletivas de beneficiamento de cana-de-açúcar em outros municípios, como a agroindústria da Escola Família Agrícola de Jacaré, município de Itinga, no Baixo Jequitinhonha, um projeto no valor de R\$ 14.994,00. aprovado pelo PROSAN, em 2004. Além deste recurso, foi conseguido um recurso do PRONAF Infra-Estrutura para montar um entreposto de cana-de-açúcar no município de Turmalina, que já está construído e não está liberado para o uso devido à questões burocracia relacionadas ao poder público municipal.

Além destes resultados, no sentido da formação de redes territoriais e alcance de parcerias, é importante ressaltar os ganhos advindos das atividades de capacitação desenvolvidas nos GTs. Embora, a princípio, as atividades de capacitação pareçam ter como objetivo único a melhoria da qualidade dos produtos para a sua maior competitividade nos mercados, estas atividades proporcionam ganhos imensuráveis aos seus participantes. Ganhos que se referem à aprendizagem, aquisição de conhecimentos e à sociabilidade, por meio das interações e trocas de experiências com pessoas de várias comunidades rurais, municípios e regiões, como foi por eles comentado.

Nesse sentido, foi ressaltado pelo presidente da AAPIVAJE, como um dos resultados mais importantes alcançados pela Associação, a melhoria da qualidade do mel da região e uma mudança de concepção do ambiente, devido às ações de sensibilização e capacitação empreendidas pelo CAV. Da mesma forma, as ações de capacitação e assistência técnica do CAV às unidades de produção têm feito, segundo alguns integrantes do GT feira, muitos agricultores deixarem de usar venenos e adubos químicos e passarem a utilizar caldas naturais para o controle de pragas e doenças nas hortaliças, preocupando-se mais com a qualidade dos produtos e com a saúde dos consumidores.

Além disso, os agricultores comentaram que estas capacitações sempre acarretam desdobramentos. Elas acontecem de forma que os alunos de hoje

tornam-se os professores de amanhã, ou seja, alguns representantes dos GTs participam dos cursos e viagens técnicas que, depois, são repassados, em forma de novos cursos, pelos agricultores e ou técnicos do CAV aos que ficaram ou a alunos de escolas famílias agrícolas da região que tenham o interesse. Como comenta um integrante do GT derivados da cana:

*“Em 2001, a gente participou de um curso em Salinas, onde aprendemos a produzir uma cachaça de qualidade, e até hoje a gente repassa esse curso. Eu mesmo já dei curso para alunos da EFA de Turmalina”* (agricultor, GT cana, 2004).

Estes resultados, mais do que a possibilidade de progresso econômico, significam um processo de “empoderamento” dos agricultores e agricultoras familiares – participantes das experiências coletivas – que vem ocorrendo gradativamente por meio da articulação cada vez maior entre agricultores(as) de diversas comunidades rurais e municípios da região do vale do Jequitinhonha em torno de produtos específicos e de objetivos comuns. Nota-se que, devido à organização em GTs, tem ocorrido um maior entrosamento entre os(as) agricultores(as) e uma melhoria na produção, com maior conscientização quanto às questões de qualidade dos produtos e ambiente.

### **6.1.2 No vale do Mucuri**

No Vale do Mucuri, que a atuação da ARMICOPA tem enfatizado ações voltadas, principalmente, para o fortalecimento institucional da organização, com maior participação dos agricultores familiares nas tomadas de decisões e para à captação de recursos para projetos coletivos na linha da economia solidária.

Segundo o assessor da equipe técnica, as ações da ARMICOPA têm se dividido em duas linhas: uma que se refere às ações de campo (atividades

práticas de apoio à produção, comercialização, elaboração e articulação de projetos e captação de recursos para as atividades) e outra, direcionada ao fortalecimento da ONG e organização dos agricultores e agricultoras associados, de maneira que estes assumam efetivamente o papel de “donos” e diretores da entidade. Nesta linha de ação, observou-se que várias mudanças têm sido implementadas no estatuto da organização. A partir de 2001 foi ampliada a representatividade das associações locais, com a criação do conselho deliberativo e da comissão gestora do fundo de crédito rotativo. Esta última, consiste de seis membros: três eleitos entre os representantes das associações filiadas, um membro da diretoria, um membro do conselho fiscal e um da entidade MAIS. Tem como objetivo avaliar e selecionar os projetos coletivos que demandam por este recurso, considerando a sua importância para a associação, a quantidade de famílias participantes e a organização social dos grupos demandantes. Já conselho o deliberativo abrange um grande número de representantes das associações. É formado por todos os membros da diretoria, também do conselho fiscal e da comissão do fundo de crédito rotativo e, ainda, por um(a) representante de cada associação que não esteja representada em nenhum dos demais órgãos constitutivos da ARMICOPA (ARMICOPA, 2003).

Estas mudanças permitem uma maior articulação entre os representantes das associações locais, de forma que todas as decisões importantes tenham que passar pela maioria dos membros. Como comenta uma agricultora:

*“O objetivo é que todos os agricultores e agricultoras associados possam estar se formando, acompanhando o andamento de tudo”* (agricultora e tesoureira da ARMICOPA, 06/2004).

Por outro lado, a assessoria social da organização – formada por técnicos e assessores contratados pela diretoria – tem um papel de extrema importância nas ações voltadas às articulações com outras organizações – não-

governamentais, governamentais ou privadas – e captação de recursos. Como esclarece o assessor da equipe técnica:

*“Ao mesmo tempo em que são levantadas as demandas das comunidades, são também pesquisados editais para financiamentos de projetos, ou, de outra forma, chega uma proposta de algum órgão financiador. Aí a gente vai até as comunidades, identifica o interesse e elabora um projeto, que tem que passar pelo conselho deliberativo. Depois de aprovado pelo financiador, a gente assessora, sendo esta a atividade pela qual somos remunerados pelo MAIS”* (assessor da equipe técnica, 2004).

Nesta direção, é interessante ressaltar que foram aprovados pelo Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional (PROSAN), coordenado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CONSEA-MG) e executado pela Cáritas Regional de Minas Gerais, seis projetos para a região do vale do Mucuri devido à mediação da ARMICOPA. Destes, três tiveram o objetivo de atender a demandas específicas das comunidades dos locais pesquisados neste estudo: implantação da padaria comunitária do assentamento Aruega, no valor de R\$7.585,87; apoio ao plantio de feijão na comunidade de Misterioso, no valor de R\$5.452,00 e ampliação e melhoria da atividade apícola na região de Limeira, com o investimento de R\$4.476,00.

O programa de fundo de crédito rotativo da ARMICOPA tem sido uma estratégia interessante de fomentar a proximidade, o ideal cooperativo e o fortalecimento dos laços de confiança entre os agricultores<sup>7</sup>. Nota-se que alguns critérios estabelecidos pela comissão gestora do fundo rotativo, tais como: estar em dia com o fundo rotativo, eleição de prioridades e projetos participativamente e tratarem-se de iniciativas conjuntas, não sendo aceitos

---

<sup>7</sup> Sobre o tema ‘finanças de proximidade’, ver Junqueira e Abramovay (2003)

projetos individuais, propiciam o trabalho coletivo, o compromisso entre os participantes e uma visão de longo prazo, uma vez que, da adequada gestão e pagamento do recurso, depende a aquisição de créditos futuros. A forma de funcionamento do fundo de crédito rotativo contribui para o fortalecimento do capital social das comunidades, uma vez que é necessário um aval solidário que é fornecido pelas associações locais. Ou seja, os grupos que queiram executar algum projeto devem possuir uma boa articulação. É fundamental que existam laços consolidados entre os agricultores, de maneira que uns confiem nos outros, visando o que é melhor para todos, tanto em termos econômicos, quanto políticos.

É notável o envolvimento das famílias das comunidades rurais e assentamento do Vale do Mucuri nos projetos mediados pela ARMICOPA. Há uma concepção positiva em relação à ARMICOPA e uma valorização do trabalho dos técnicos. Em todos os três locais estudados (Comunidade Misterioso, Povoado de Limeira e PA Fazenda Aruega), nota-se a presença de alguma atividade, projeto ou ação conjunta realizada ou em andamento entre os agricultores e agricultoras e a Associação, e a maioria das famílias considera importante a atuação da organização como articuladora entre as associações locais e as oportunidades de projetos e recursos para o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, em sua maioria, são projetos e ações pontuais, que nem sempre conseguem estimular o espírito associativo e a autonomia dos grupos.

Na visão da maioria dos agricultores e agricultoras das comunidades e assentamento pesquisados, a ARMICOPA está relacionada às atividades de apoio à produção e assistência técnica, bem como à promoção de cursos de capacitação e de intercâmbios entre associações e experiências coletivas de diversos locais. Foram citadas capacitações em práticas ecológicas no manejo da cultura de café, apoio à produção de abacaxi e mandioca e várias ações na área

da produção; o curso para a formação de gerentes locais visitas de intercâmbios à associações de agricultores familiares de outras regiões, como a associação de agricultores familiares de Tombos, na Zona da Mata mineira, participação de agricultores em diversos seminários, cursos e feiras estaduais de economia solidária.

Em relação às experiências específicas em estudo, agricultores e agricultoras ressaltaram resultados imateriais no que se refere às facilidades no processo produtivo da farinha de mandioca e polvilho e à integração das famílias nas agroindústrias comunitárias:

*“Antes era só no sistema antigo, na roda, ou no motor emprestado de uma comadre (...) A maioria aqui não tem o motor e o bulinete, então facilitou muito o trabalho da gente”* (agricultoras, comunidade Misterioso, 2004).

*“A gente divide o trabalho e, assim não sofre tanto!... É mais alegre, a gente nem vê o tempo passar”* (agricultora, Povoado de Limeira, 2004).

Além disso, há o reconhecimento da qualidade dos produtos, tanto dos derivados da mandioca como das hortaliças, pelos consumidores da feira livre do município de Pavão:

*“Os consumidores sabem que a gente não usa agrotóxicos e que o adubo é só esterco de vaca”* (agricultora, Povoado de Limeira, 2004).

*“Continuamos indo à feira, mas levamos outros produtos, como o requeijão, e percebemos que os fregueses estão sentindo falta do nosso polvilho e da farinha... Sempre tem gente procurando”* (agricultora, Povoado de Limeira 2004).

Pode-se perceber que a ARMICOPA tem possibilitado resultados efetivos na captação de recursos de organizações e agências financiadoras de



projetos coletivos no meio rural, assim como na capacitação dos agricultores. Porém, embora a maioria das pessoas conheça a ARMICOPA em decorrência da participação em projetos coletivos ou atividades de capacitação, poucas compreendem o que esta organização representa, com exceção dos agricultores membros dos seus órgãos constitutivos. Dessa forma, pode-se perceber que há uma certa distância entre a entidade e as bases, refletida na falta de informações sobre os seus objetivos e sua constituição.

### **6.1.3 Na Região Noroeste**

Na região Noroeste atua a Cáritas Diocesana de Paracatu. A principal ação desta organização no âmbito do apoio à economia solidária tem sido o desenvolvimento de um projeto piloto na comunidade Boa Vistinha, município de Uruana de Minas, o qual está em andamento há três anos, com o objetivo de servir de modelo para que outras comunidades possam se capacitar, por meio de trocas de experiências, como já comentado anteriormente.

No entanto, neste estudo foram pesquisadas outras experiências coletivas, visando compreender a ação da Cáritas de forma mais ampla na região e compreender as opiniões dos(as) agricultores(as) em relação à sua atuação.

As ações efetivas desta organização têm sido no sentido de possibilitar a participação dos agricultores e agricultoras em eventos regionais, estaduais de formação e mobilização. Ressalta-se que em duas das três localidades estudadas foi mencionada como exemplo de resultado positivo, a participação de membros das experiências coletivas nas feiras estaduais promovidas pela Cáritas Regional de Minas Gerais e outras organizações integrantes do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, mediada pela Cáritas Diocesana de Paracatu que foram a Feira da Reforma Agrária, em 1999 e a Feira da Economia Solidária, em 2003, ambas em Belo Horizonte.

Segundo o técnico do programa, além destes eventos de comercialização, alguns agricultores e agricultoras destes locais têm participado bastante de encontros, reuniões e cursos promovidos ou mediados pela Cáritas. Isso possibilita um ganho em conscientização, em participação e em informação, como comenta:

*“É um ganho que não tem como quantificar, mas para a gente que está desde o início, é visível”* (técnico, Cáritas Diocesana de Paracatu, 2004).

Em outra direção, os (as) participantes das experiências identificam vários resultados imateriais advindos das atividades coletivas. Para os produtores do PA Fruta Danta, a fundação da COOPEFRUTA resultou em um maior respeito da sociedade pelo grupo. Segundo eles, antes da formação desta cooperativa, os governantes e técnicos dos órgãos públicos não tinham por eles a devida consideração, como comentam:

*“Para eles, a gente era um bando de analfabetos, ignorantes. Hoje, a gente é respeitado”*(produtor, PA Fruta Danta, 2004).

Também foi enfatizada a aquisição de informações e conhecimentos e a melhoria da sua organização, por meio do processo de *“correr atrás para criar e administrar a cooperativa”* (produtor, PA Fruta Danta, 2004).

Para os (as) agricultores(as) integrantes do grupo da horta comunitária e para as famílias feirantes, da comunidade Santa Rita, um dos resultados importantes das experiências coletivas é o ganho em sociabilidade e o clima de animação no qual o trabalho é realizado, como descrevem:

*“O bom na horta comunitária é que a gente brinca, mexe uns com os outros e vai trabalhando...”* (agricultor, comunidade Santa Rita, 2004).

*“O dia que a gente não vai à feira, a gente sente falta de ver os companheiros(as) e os(as) fregueses(as), as pessoas conversam com a gente, trocam idéias...”* (agricultora, comunidade Santa Rita , 2004 ).

Além disso, foram ressaltados como ganho alcançado por meio da atividade na horta comunitária, os conhecimentos adquiridos durante o processo produtivo. O grupo mencionou que, apesar das dificuldades enfrentadas com a ausência de assistência técnica, foi positivo o fato deles terem aprendido pelo método de tentativa e erro. Assim chegaram a um espaçamento ideal para o milho, a uma dosagem correta de adubo para cada produto específico e avaliam que, na próxima colheita, terão maior produtividade e variedade de produtos.

Em relação à atuação da Cáritas, notou-se que, na maioria dos locais pesquisados, esta não é uma parceria das mais importantes. Além das ações de mediação a espaços de formação, percebeu-se que a atuação da Cáritas tem sido esporádica ou está no início, como comenta o técnico do programa:

*“Há muitos anos que a Cáritas visita o PA Fruta Danta, mas é muito esporadicamente. Porém, todo encontro, seja de segurança alimentar, economia solidária ou outros temas, o assentamento tem participado, através de representantes (...) No PA Saco do Rio Preto tem um grupo de mulheres que se dedica à fabricação de doces com frutos do cerrado. Sempre que tem algum encontro aqui na linha da economia solidária, nós as convidamos, elas participam, se mostram interessadas e sempre cobram a nossa presença lá para ajudar, principalmente na agroindústria delas. Há muito tempo a gente tá buscando formas de tentar priorizar esse assentamento para a ação da Cáritas (...) Na comunidade Santa Rita, a gente acompanha um pouco a atividade de feira livre, esporadicamente. Quando a gente começou a trabalhar com o Galpão dos Produtores, a gente fez algumas ações lá, com a intenção de estar levando os produtos da comunidade para o Galpão. No momento estamos querendo incentivar os feirantes, ajudar na organização deles”* (Técnico da Cáritas, 2004).

Portanto, pode-se notar que o trabalho da Cáritas Diocesana de Paracatu, na linha de economia solidária, está mais avançado no que diz respeito a articulações mais externas, com a participação importante da Cáritas Brasileira e da Cáritas Regional de Minas Gerais no patrocínio, promoção e incentivo da economia solidária no Brasil e a viabilização de diversos espaços de sensibilização e intercâmbios. Porém, em termos mais territoriais, está em fase inicial, nos casos pesquisados.

## **6.2 Os resultados materiais**

A inserção dos agricultores e agricultoras familiares nos mercados ocorre em uma grande variedade de formas e tipos de comércio, desde uma comercialização nos mercados locais, em pequenos centros urbanos próximos às comunidades rurais e ou assentamentos, até a integração ao complexo agroindustrial do leite.

Nos mercados locais há uma grande inserção dos produtos da maioria das comunidades rurais e assentamentos visitados. Nas cidades próximas, geralmente há boa saída para produtos agrícolas, in natura ou processados, principalmente aqueles típicos das dietas locais, tais como farinha de mandioca, polvilho, rapadura, alguns tipos específicos de temperos e produtos agrícolas básicos, como feijão e café.

Nos casos das comunidades e assentamento visitados no Vale do Mucuri, a maior parte da comercialização é realizada no comércio dos municípios de Ladainha, Itaipé, Novo Cruzeiro e Pavão. Na comunidade Misterioso, os principais produtos para a venda, apesar das dificuldades de produção, são o café e o feijão, que envolvem a maioria das famílias. O primeiro costuma ser vendido depois de colhido (em grão) ou “ho pé”. Segundo os agricultores, vende-se para atravessadores em Itaipé que, segundo os agricultores, revendem-no em Manhuaçu, na Zona da Mata e Capelinha, no

Vale do Jequitinhonha, por um preço 100% mais caro. Mesmo assim, os agricultores ainda conseguem algum lucro. Já o feijão é comercializado em Ladainha, também para comerciantes locais. Não há lucro, pois o preço deste produto no mercado é muito baixo e os agricultores familiares não conseguem concorrer com grandes produtores.

O caso do PA Aruega não é muito diferente. Neste, os produtos que têm maior aceitação no comércio local são o café (torrado e moído), a cana, a rapadura, o melado, a pinga, a mandioca, a farinha de mandioca, o polvilho e o feijão, quando sobra. Os agricultores e agricultoras demonstraram ter conhecimento sobre os canais de comercialização e a concorrência no mercado local e, por isso, eles investem na agregação de valor ao café, que é o produto que gera maior renda, pagando para limpar, torrar e moer; depois, vendem-no no mercado de Novo Cruzeiro para um atravessador que revende o produto no município de Capelinha, no Vale do Jequitinhonha e ou para fora do estado, na Bahia. Além disso, os produtos da indústria doméstica rural, como a farinha de mandioca, têm comércio garantido em Novo Cruzeiro, que é o principal ponto de venda.

Porém, nota-se que a produção de farinha de mandioca das agroindústrias comunitárias do Vale do Mucuri direciona-se ao comércio local apenas de forma periférica, sendo destinada prioritariamente ao consumo das famílias.

No caso da padaria comunitária do PA Aruega, ainda não há produção e, nos grupos de agricultores(as) ligados a ASPEL pôde-se compreender que nenhum dos apicultores e apicultoras tem um comércio fixo. A cada produção vende-se para um comerciante diferente, no município de Pavão, em Teófilo Otoni ou individualmente para os moradores e moradoras do povoado Limeira. Foi mencionado pelos(as) apicultores(as) que a produção tem melhorado, chegando a dobrar a quantidade produzida em alguns casos, mas a saída do

produto tem sido o grande gargalo. Diante disso, avaliam que a venda conjunta poderia ser uma solução:

*“Se vendesse coletivo, o agricultor cresceria, mas vende picadinho, um de cada vez...”* (agricultor, Povoado de Limeira, 2004).

Sobre este aspecto, é interessante ressaltar que a ARMICOPA está implementando um projeto de comercialização, no qual pretende realizar compras conjuntas a preços mais baixos e organizar a produção das comunidades e assentamento para que sejam feitas vendas conjuntas. Entre as atividades já desenvolvidas neste projeto, destacam-se o cadastramento das experiências coletivas e dos produtos disponíveis para a comercialização nas comunidades e algumas ações de capacitações na área de qualidade de produtos e comercialização, as quais foram bastante valorizadas pelos participantes, como comenta um agricultor:

*“A gente realizou uma pesquisa de mercado do café, na qual alguns agricultores e agricultoras viajaram até Governador Valadares, Capelinha e Teófilo Otoni para identificar saídas para a comercialização de café e conhecer outras fases da cadeia produtiva, visitando torrefadoras, cooperativas e conhecendo o processo de classificação do produto (...) Foi importante para se identificar que o que falta para a gente é o beneficiamento”* (agricultor, comunidade Misterioso, 2004).

Também no mercado local acontece a comercialização das hortaliças produzidas pelo grupo da horta comunitária. Segundo os(as) agricultores(as), no começo, eram grandes as dificuldades de comércio pois não tinham compradores fixos, mas, atualmente, essa articulação está firmada e os seus produtos têm comércio garantido em alguns verdurões de Paracatu, onde são negociadas as quantidades de produtos a serem entregues por semana. Além dos verdurões, “o

grupo da horta” da comunidade Santa Rita conta com o comércio na feira livre municipal de Paracatu.

As feiras livres municipais correspondem a uma outra forma de mercado local, importante para os agricultores e agricultoras. A feira livre do município de Pavão é o principal canal de comercialização dos grupo de horticultoras do Povoado de Limeira; a feira livre de Paracatu é fundamental para cinco famílias da comunidade Santa Rita, região Noroeste e a do município de Turmalina para aproximadamente 50 famílias participantes do GT Feira, ligado ao CAV.

Foram ressaltados como ganhos materiais advindos da atividade de feira, a geração de renda e a venda de uma maior variedade de produtos, como comentam alguns feirantes :

*“A feira é onde que tem uma maneira da gente ganhar dinheiro, é um espaço para o pequeno agricultor (..) Eu acho vantagem de vender na feira, porque lá é onde que eu vendo sortido, vendo um pouco de verdura, vendo um pouco de rapadura, vendo o caldo de cana, vendo uma galinha; e o verdurão não recebe isso tudo, então, é vantagem!....”* (agricultores, comunidade Santa Rita, 2004).

Além disso, no GT-Feira a aquisição, por meio de um projeto em parceria com a UFLA e o CNPq, de balanças, possibilitou uma padronização dos pesos dos produtos e de forros de lona, que contribuem para uma melhor estética das bancas, além de embalagens que valorizam e divulgam a feira livre.

Já os produtos da AAPIVAJE e do GT cana são direcionados aos mercados mais externos, estaduais, nacionais e para a exportação.

Os mercados para o mel da região, por exemplo, têm sido vários, segundo o presidente da AAPIVAJE: Sul de Minas, São Paulo, Divinópolis, Carangola, Bambuí e Rio de Janeiro. Os compradores são de diversos portes, desde comerciantes do mercado interno, que compram o mel mais claro, para ser servido à mesa, até exportadores ou comerciantes industriais, que preferem o

mel mais escuro. Percebeu-se que a produção reunida pela AAPIVAJE é comercializada sem uma marca regional, pois destina-se a atravessadores. No entanto, foi também comentado que o contato com compradores – intermediários – tem se estreitado, predominando cada vez mais o comércio com atravessadores de ponta, ou seja, os últimos antes do consumidor final, ou exportadores, como ocorre nos casos dos compradores de Bambuí e de São Paulo, que exportam o mel do vale do Jequitinhonha para o Japão e Inglaterra, respectivamente.

Segundo o coordenador do setor de economia solidária do CAV e o presidente da AAPIVAJE, o produto tem boa saída e oferece retornos satisfatórios. Foram comercializadas 30 toneladas de mel no ano de 2003 e cerca de 18 toneladas até junho de 2004. Eles ressaltam que o preço do mel no balde de 25 quilos até 2003 era de R\$ 5,50 o quilo e a produção da região foi elevada, não compensando sequer embalar o produto em potes menores. Da mesma forma, a produção de própolis ou de outros produtos, como mel adicionado de plantas medicinais, para o comércio, seria um esforço desnecessário. Por outro lado, comenta que, em 2004, as condições de mercado já são outras, sendo mais atraente a idéia de comercializar o mel no varejo. Dessa forma, avaliam que, embora a apicultura seja uma atividade que oscila muito, tanto em termos de produção quanto de preços no mercado, ela tem proporcionado facilidades de comercialização para os(as) apicultores, com maior inserção nos mercados e elevação de renda para as famílias.

No caso do GT cana, a produção tem sido insuficiente para atender à demanda dos mercados. Como comentaram o coordenador da economia solidária do CAV e o diretor da agroindústria comunitária da comunidade Morro Redondo:



*“Há uma grande demanda em várias regiões do país, como no caso do Rio de Janeiro, que recentemente fez uma proposta de compra ao CAV de 50 toneladas de açúcar mascavo por mês. Porém, a gente ainda não se consegue uma produção desta dimensão; há uma necessidade de se aprimorar o processo produtivo e a qualidade”* (coordenador do setor, CAV, 2004),

*“O CAV consegue mercado, mas não temos produção. Tudo que a gente faz, vende”* (diretor da agroindústria de cana, comunidade Morro Redondo, 2004).

Estes compradores, assim como no caso do mel, são intermediários que compram grandes quantidades de produtos para depois embalá-los com a sua marca e revendê-los no varejo. Este aspecto foi avaliado, em parte, como negativo, pois, os agricultores gostariam que fosse divulgada a marca do CAV – “Bom Sem Base” – que leva a identidade da região do Vale do Jequitinhonha. Entretanto, ainda não possuem o SIF, o que impede a legalização do comércio com a marca própria.

Nesta direção, comentou-se que há uma grande preocupação com a qualidade dos produtos, com vistas a atender às normas do Ministério da Agricultura, pois uma das principais expectativas das duas experiências é a aquisição do Sistema de Inspeção Federal (SIF), que abre caminho para a regulamentação de uma marca própria e para novas possibilidades de comercialização. Foi ressaltado que a AAPIVAJE, juntamente com o CAV, procura estar sempre orientando os(as) agricultores(as) a respeito da importância de embalagens adequadas, do sistema de decantação, no caso do mel, realizando-se um monitoramento do produto – a olho nu – no momento de sua chegada ao local de armazenamento – depósito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – em Turmalina, onde o mel é pesado, dividido em lotes, de acordo com cada apicultor(a) e onde também é preenchida uma planilha que orienta o controle do pagamento de cada um(a). Além disso, é exigida comprovação de

participação em cursos sobre qualidade do mel e estes são ministrados pelo CAV freqüentemente, como já mencionado anteriormente. Também na produção de derivados da cana, nota-se esta ênfase e são realizadas várias ações da capacitação e monitoramento. No entanto, em relação ao açúcar mascavo, produto que apresenta a maior demanda, percebe-se que as expectativas são a LONGo prazo, como comenta o coordenador do setor de economia solidária do CAV:

*“A maior dificuldade diz respeito à melhoria da qualidade de alguns produtos, especialmente em relação aos produtos derivados da cana-de-açúcar, e à mudança para a produção agroecológica.*

*O pessoal ainda não tem cultura para produzir o açúcar mascavo. É um processo lento...”* (coordenador do setor de economia solidária, CAV, 2004).

Percebe-se, então, que o CAV tem um papel fundamental para o alcance de resultados materiais por estas experiências, pois esta organização é que realiza os contatos com os compradores, reúne a produção, armazena o produto, cuida do aprimoramento da qualidade destes e do seu transporte até o cliente. Também se percebe que os resultados positivos superam as dificuldades, na visão dos agricultores e agricultoras e há uma expectativa em relação ao aumento de produção e à valorização do produto regional, com as características culturais que lhe são implícitas. Dessa maneira, há demanda por um mercado solidário.

De forma semelhante aos casos citados, na experiência da cooperativa de produtores de leite do PA Fruta Danta (COOPEFRUTA), há uma expectativa quanto à aquisição do SIF e à consolidação de uma marca local. Segundo alguns cooperados e diretores desta organização, o objetivo dos agricultores era vender, industrializar e trabalhar diversificado, agregando valor ao leite, com a produção

de queijo, iogurte, doce de leite e produzindo também doces de frutas. Porém, esse objetivo não foi alcançado até o momento desta pesquisa, em grande parte pelo fato da à cooperativa não ter adquirido o SIF. Porém é importante destacar que a COOPEFRUTA entrega um volume médio de 15 mil litros/dia (na época da seca) à Cooperativa Central Itambé, no município de Unaí. Percebeu-se que esta atividade de processamento e comercialização conjunta possibilita uma garantia de renda fixa e boas condições econômicas para as famílias cooperadas. Todavia, as possibilidades de maior autonomia em relação ao que produzir e para quem vender, assim como de buscar melhores preços no mercado, são limitadas devido ao contrato com o grande laticínio.

No caso do PA Saco do Rio Preto, pôde-se perceber situação semelhante. Lá também ocorre a integração ao complexo agroindustrial do leite, embora sem haver uma cooperativa. A comercialização do leite é feita por um intermediário local à Nestlé. Trata-se de uma forma de entrega coletiva em nome de uma só pessoa que cobre os custos do tanque e da energia. Neste assentamento, a produção é menos significativa que no Fruta Danta e a atividade não garante retornos econômicos satisfatórios, havendo, inclusive, a demanda por um tanque de expansão comunitário, visando agregar a produção do assentamento, eliminar o intermediário da cadeia e conseguir maior poder de negociação com o laticínio.

No que se refere à comercialização de doces pelo grupo Doces do Cerrado, percebeu-se que foram realizadas vendas mais significativas no começo do grupo. Mas, logo após, as mulheres encontraram muitas dificuldades de comercialização, já que os produtos não foram valorizados no mercado local e as vendas apenas se realizavam no próprio assentamento ou em eventos e encontros regionais, estaduais e nacionais promovidos pelas organizações de apoio (Cáritas, INCRA, FETAEMG e outras). Diante disso, percebe-se que a atividade

não se mostrou compensatória, houve o endividamento das participantes e, conseqüentemente, uma desmotivação geral.

### 6.3 Síntese dos resultados materiais e imateriais

QUADRO 4 Resultados imateriais I.

Experiências	Organizações parceiras		
	Públicas	Privada	Não-governamentais
Grupo dos “Doços do Cerrado”	Ministério da Agricultura, EMATER e INCRA,		Cáritas/Paracatu, FETAEMG
Agroindústria de doces (PA Fruta Danta)	ITER, INCRA, Prefeitura Municipal de João Pinheiro, EMATER, PROVE, SENAR		Cáritas/Paracatu, STR de João Pinheiro
COOPEFRUTA (PA Fruta Danta)	INCRA, EMATER		STR de João Pinheiro, FETAEMG, associação comunitária.
Horta comunitária da comunidade Santa Rita		Empresa mineradora	Associação comunitária.
Feirantes da comunidade Santa Rita	Prefeitura Municipal de Paracatu		Associação comunitária, Cáritas/Paracatu
AAPIVAJE	Ministério do Desenvolvimento Agrário, PRONAF Crédito, PROSAN/ CONSEA	Empresas reflorestadoras	CAV, STR de Turmalina, Escolas Famílias Agrícolas da região
GT Horta ou GT Feira	Prefeituras Municipais de Turmalina e de Minas Novas		CAV, UFLA, Cáritas Regional de Minas Gerais
GT Derivados da Cana	PRONAF Infraestrutura, PROSAN/ CONSEA		CAV, STR de Turmalina, EFAs da região

Continua...

QUADRO 4. Continuação.

Experiências	Organizações parceiras		
	Públicas	Privada	Não-governamentais
Agroindústria de cana da Comunidade Morro Redondo,	Governo do Estado de Minas Gerais (1999-2002), EMATER		CAV, Escolas Famílias Agrícolas da região, Conselho Comunitário
Padaria comunitária da Fazenda Aruega	PROSAN/ CONSEA		ASCOPAFA, MST, ARMICOPA
Agroindústria do PA Fazenda Aruega	INCRA		MST, ASCOPAFA
Agroindústria da Comunidade Misterioso	PRONAF Infra-Estrutura		CMDRS, APRM
Agroindústria de farinha da Comunidade Limeira	Verbas de subvenção de deputados da região, Prefeitura Municipal de Pavão		ASPEL, ARMICOPA
Grupo dos Apicultores	PROSAN/ CONSEA		
Grupo das Horticultoras			

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

As experiências coletivas possibilitam a formação de parcerias com organizações e ou entidades dos três setores da sociedade. No entanto, é importante ressaltar que ocorrem diferentes graus de integração entre estas organizações parceiras e as experiências coletivas. Nota-se que, em alguns casos, ocorre maior articulação com o envolvimento efetivo das organizações de base (STR, associações comunitárias, conselhos comunitários) e organizações mediadoras, que têm como consequência uma significativa influência em políticas públicas, enquanto em outros são parcerias pontuais e inconstantes.

Nos casos da AAPIVAJE e do GT Cana, pôde-se notar uma articulação efetiva que reflete na aprovação, em 2004, de vários projetos junto organizações e órgãos governamentais, como, por exemplo, a implementação de um

entreposto de mel, incluído no Projeto de Desenvolvimento Territorial do Vale do Jequitinhonha – financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário –, a aquisição do valor de R\$11.186,00 para fomento a apicultura da região junto ao Programa Nacional de Segurança Alimentar (PROSAN), coordenado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar, vários projetos aprovados junto ao PRONAF Crédito e a implementação de uma unidade de beneficiamento de cana com recursos do PRONAF Infra-Estrutura;

Também no GT Feira nota-se que o estreitamento entre as organizações de base, organizações mediadoras e as experiências têm resultado em maior influência nas políticas públicas, destacando-se intervenção na organização e normatização da feira livre municipal de Turmalina e a parceria recém formada com a Prefeitura Municipal de Minas Novas, além das parcerias com a Universidade Federal de Lavras e o CNPq e com agências não governamentais, como a Cáritas Regional de Minas Gerais.

De forma semelhante, no PA Aruega a articulação entre a associação comunitária (ASCOPAFA) e o MST contribuíram para a implementação da agroindústria comunitária de farinha de mandioca, de um posto telefônico, uma escola e outros benefícios junto ao INCRA e à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro e, na aprovação do projeto da padaria comunitária, mediado pela ARMICOPA e financiado pelo PROSAN. No caso da COOPEFRUTA, a união entre STR e associação comunitária teve como consequência a sua própria implementação, com a liberação de recursos do INCRA.

Já nos casos ligados à ASPEL, no Vale do Mucuri, embora ocorra o envolvimento da Prefeitura Municipal de Pavão e da ARMICOPA não se percebe um entrosamento efetivo entre os participantes dos empreendimentos. Nas demais experiências, nota-se que são parcerias pontuais descoladas de um projeto a LONGO prazo, não havendo uma assessoria contínua.

Além disso, ressalta-se a pouca articulação com as organizações privadas; nos dois casos em que ela ocorre, surge como uma forma de compensar as comunidades rurais pelos danos ambientais, sociais e econômicos que têm ocorrido em decorrência da sua atividade nos locais.

Outros tipos de resultados imateriais ressaltados pelos agricultores e agricultoras são relacionadas à capacitação, principalmente em qualidade de produtos, práticas agroecológicas e comercialização, à formação em temas como associativismo, cooperativismo e políticas públicas para a agricultura familiar, ao aumento de sociabilidade, proporcionada pelo trabalho em conjunto e o uso de bens comuns, ao aumento da credibilidade frente à sociedade. Por outro lado, foram também observados resultados imateriais negativos, decorrentes de experiências mal sucedidas ou de exigências impostas pelas próprias características das atividades, como pode-se observar no Quadro 5.

QUADRO 5 Resultados imateriais II

Experiências	Resultados imateriais				
	Credibilidade	Sociabilidade	Formação	Capacitação	Outros
Grupo ‘Doce do Cerrado’	Chamou a atenção de organizações não-governamentais e públicas, mas não alcançou credibilidade frente à sociedade	Interação e troca de experiências entre as participantes,	Participação em eventos e feiras regionais e estaduais sobre o tema da economia solidária,	Em processo produtivo, padrão de qualidade de produtos e indústria rural	Desmotivação devido ao endividamento e experiência em lidar com crédito
Agroindústria coletiva/Fruta Danta		Desarticulação entre as sócias da associação de mulheres.			

Continua...

QUADRO 5. Continuação.

Experiências	Resultados imateriais				
	Credibilidade	Sociabilidade	Formação	Capacitação	Outros
COOPE-FRUTA	Aumento da credibilidade frente a órgãos públicos como o INCRA e à sociedade como um todo	Maior integração entre os(as) produtores de leite do assentamento	Não houve ações de formação até o momento	Em processo produtivo, padrão de qualidade de produtos e indústria rural e comercialização	Perda da autonomia na escolha de mercados devido ao sistema de integração ao grande laticínio
AAPIVAJE	Aumento do nº de sócios(as): de 10 para 133 no período de 2001 a 2004; aumento da abrangência territorial: de 1 para 13 municípios	Maior integração entre os(as) apicultores (as) da região do Vale do Jequitinhonha, melhoria da auto-estima	Fortalecimento de objetivos comuns e de um espírito associativo; conscientização quanto à importância de práticas agroecológicas e qualidade dos produtos.	Em processo produtivo, padrão de qualidade de produtos, indústria rural, comercialização e práticas agroecológicas	
GT derivados da cana	Grande procura e interesse de associações, sindicatos, prefeituras e EFAs de diversos municípios da região	Maior integração entre os agricultores produtores de cana e melhoria da auto-estima do grupo			
Agroindústria de cana/Morro Redondo		Convívio e trocas de experiências entre os(as) feirantes; interação com os consumidores			
GT Horta ou GT Feira					

Continua...



QUADRO 5. Continuação.

Famílias feirantes da Comunidade Santa Rita	Maior conhecimento no meio urbano dos produtos da comunidade	Convívio e trocas de experiências entre os(as) feirantes; interação com os consumidores	Não se observam ações de formação	processo produtivo, padrão de qualidade de produtos e preferência dos consumidores	
Horta comunitária da Comunidade Santa Rita		Convívio e trocas de experiências entre os(as) participantes, melhoria da auto-estima		Processo produtivo, padrão de qualidade de produtos e gestão de bens comuns	
Agroindústria do PA Fazenda Aruega			Participação em eventos regionais e estaduais sobre o tema economia solidária	Em processo produtivo e padrão de qualidade de produtos	Maior facilidade no processo produtivo
Agroindústria da Comunidade Misterioso					
Agroindústria Comunidade Limeira					
Grupo de Apicultores		Pouca integração entre os participantes			
Grupo das Horticultoras					
Padaria comunitária/ Fazenda Aruega	Está em fase de implementação				Em elaboração de normas de gestão

Fonte: pesquisa de campo (2004)

Com base nos dados do Quadro 5, pode-se notar que, em todos os casos, as experiências coletivas proporcionam capacitação aos seus participantes no que se refere ao aprimoramento das técnicas de produção, que contribuem para a melhoria da qualidade dos produtos. Além disso, em alguns casos – horta e padaria comunitárias –, os participantes enfatizaram o aprendizado em relação à gestão de bens comuns, no estabelecimentos de normas e funcionamento das experiências. Outro resultado que foi comum à maioria dos casos, na visão dos agricultores e agricultoras, diz respeito às características do trabalho conjunto, que possibilitam uma interação freqüente entre os participantes, que geralmente são amigos, vizinhos ou parentes.

Por outro lado, algumas experiências se destacaram por apresentar como resultados aspectos menos comuns; o aumento de credibilidade dos setores públicos ou da sociedade civil e a formação dos(as) agricultores(as) em temas essenciais, tais como o associativismo, ambiente e economia solidária.

Os agricultores mencionaram, ainda, resultados negativos que decorreram das experiências coletivas: o desestímulo provado pelo endividamento, no grupo ‘Doços do Cerrado’, a desarticulação entre as mulheres participantes da agroindústria do PA Fruta Danta, devido à maneira como o empreendimento foi encaminhado, a falta de autonomia na escolha de mercados, na COOPEFRUTA.

QUADRO 6 Resultados materiais

<b>Experiências</b>	<b>Resultados materiais</b>
Grupo ‘Doços do Cerrado’	Aquisição dos equipamentos para o processamento de frutos
Agroindústria coletiva / Fruta Danta	Geração de renda por um curto período.

Continua...

QUADRO 6. Continuação.

<b>Experiências</b>	<b>Resultados materiais</b>
COOPEFRUTA	Aumento do volume de vendas devido à agregação da produção, com uma produção média de 15 mil litros/dia (na época da seca); garantia de renda aos produtores locais devido à integração à Itambé, melhoria da qualidade dos produtos.
Horta comunitária	Aumento da produção e do volume de vendas; conquista de pontos de vendas fixos em verdurões e na feira livre do município de Paracatu.
Famílias feirantes	Produção diversificada, geração de renda equivalente a 30% da renda total das famílias
AAPIVAJE	Aumento da produção e das vendas, passando de 1.500 quilos para 30 toneladas de 2001 a 2004; inserção em mercados de vários municípios e estados do país; aumento da renda dos participantes.
GT Horta ou GT Feira	Melhoria da apresentação dos produtos devido à aquisição de balanças, forros para as bancas e embalagens; melhoria da qualidade dos produtos e aumento de vendas.
GT Derivados da Cana	Inserção em mercados de vários municípios e estados do país, melhoria da qualidade dos produtos, aumento do volume de vendas, que foi de, aproximadamente, 20 toneladas de açúcar mascavo em 2004.
Agroindústria de cana/Morro Redondo	Complementação da dieta alimentar das famílias; aumento da produção, inserção nos mercados municipais, regionais e estaduais.
Padaria comunitária/ PA Fazenda Aruega	Ainda não há produção (encontra-se em fase de implementação)
Agroindústria do PA Fazenda Aruega	Complementação da dieta alimentar das famílias; pontos de vendas garantidos para farinha de mandioca e polvilho no comércio de Novo Cruzeiro.
Agroindústria Comunidade Misterioso	Complementação da dieta alimentar das famílias.
Agroindústria Comunidade Limeira	Complementação da dieta alimentar das famílias; pontos de vendas garantidos para farinha de mandioca e polvilho no comércio de Pavão.
Grupo de Apicultores	Aquisição de trinta caixas para a criação de abelhas, uma centrífuga, um decantador, um derretedor de cera e alguns macacões apropriados para o desenvolvimento da atividade, aumento da produção e geração de renda individualmente.

Continua...

<b>Experiências</b>	<b>Resultados materiais</b>
Grupo das horticultoras	Aquisição de equipamentos para irrigação-bombas , canos, motores e mangueiras , aumento da produção e e geração de renda individualmente.

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Observa-se que, em todas as experiências, os agricultores e agricultoras identificam resultados materiais. Mesmo naquelas que não têm objetivos estritamente ligados ao mercado, caso das agroindústrias coletivas de mandioca, os ganhos em consumo familiar são considerados. Em quase todas percebe-se que ocorreu geração de renda, mesmo que em algumas tenha sido por um curto período.

Algumas representam uma atividade econômica importante – ou principal – para os agricultores e agricultoras, renda estável ou canais de comercialização fixos. São os casos da COOPEFRUTA, da AAPIVAJE, do GT Cana, do GT Feira, da horta comunitária e do grupo das famílias feirantes.

#### **6.4 Síntese da atuação das organizações mediadoras**

QUADRO 7: A atuação das organizações mediadoras

<b>Experiências</b>	<b>Linhas de ação</b>
<b>CAV</b>	Influência em políticas públicas:
	Busca de parcerias com organizações dos setores públicos, privados e da sociedade civil organizada; apoio à aquisição de créditos governamentais (PRONAF).
	Formação dos agricultores(as):
	Fomento ao associativismo e organização política por meio de realização de reuniões freqüentes, discussões, cursos e intercâmbios sobre estes temas, acompanhamento constante das atividades dos grupos.
	Promoção ou mediação a seminários e encontros regionais e estaduais sobre economia solidária, tais como os promovidos pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.
	Captação de recursos para projetos coletivos.

Continua...

QUADRO 7: A atuação das organizações mediadoras

Experiências	Linhas de ação
<b>CAV</b>	Manutenção de fundo rotativo para projetos coletivos
	Comercialização: Alcance de canais de comercialização estaduais e nacionais, inclusive para exportação; apoio à organização de feiras livres.
	Capacitação: Promoção de cursos e visitas de intercâmbio visando capacitação em qualidade da cachaça, açúcar mascavo, mel e agricultura orgânica.
<b>Cáritas Diocesana de Paracatu</b>	Apoio à formação e comercialização:  Promoção e mediação dos(as) agricultores a eventos e encontros regionais, estaduais e ou nacionais sobre o tema da economia solidária, onde também são realizadas vendas, tais como a 1ª e 2ª Feiras e Ciclo de Debates de Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais, em 2003 e 2004 e o 1º Encontro da Rede Brasileira de Sócio-economia Solidária.
<b>ARMICOPA</b>	Influência em políticas públicas:  Busca de parcerias com organizações dos setores públicos, privados e da sociedade civil organizada.
	Captação de recursos para projetos.
	Manutenção de fundo rotativo para apoio à projetos coletivos.
	Assistência técnica com ênfase em práticas agroecológicas.
	Capacitação: Promoção de cursos em vários temas, como café orgânico, horticultura orgânica, apicultura e visitas de intercâmbio a outras associações que se dedicam à economia solidária.
	Comercialização: construção de um galpão para comercialização dos produtos da agricultura familiar da região; mediação dos(as) agricultores(as) às Feiras Estaduais de Economia Solidária – 2003 e 2004, em Belo Horizonte
	Formação: Mediação e ou promoção de eventos e encontros regionais e estaduais sobre o tema da economia solidária, principalmente os promovidos pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária;

Fonte: Pesquisa de campo (2004)

A atuação das organizações mediadoras varia a cada caso, embora apresente semelhanças. As suas características peculiares relacionadas a origem, trajetória, abrangência territorial e organizações financiadoras, mostraram influir nos tipos de ações empreendidas e na suas metodologias de trabalho. Nota-se que, no CAV, há uma estreita relação com as bases de agricultores do Alto Vale do Jequitinhonha. A definição dos projetos e ações parte das demandas destes, há uma preocupação com a sua organização política e tem-se, como ponto central, o incentivo ao associativismo, buscando-se, ao mesmo tempo, a autonomia dos agricultores e agricultoras e o seu “empoderamento” frente ao poder público e ao mercado.

No caso da ARMICOPA, percebe-se que o tamanho da área de abrangência e a forma de inserção nas comunidades – por meio das associações locais – de certa forma, dificulta um maior estreitamento da relação com as bases. Nota-se uma ênfase no fortalecimento institucional da ONG e na captação de recursos para projetos, mas, sem haver acompanhamento freqüente destes, o que leva a uma ineficiência na questão da formação dos agricultores e agricultoras.

A atuação da Cáritas Diocesana de Paracatu é estreitamente atrelada às deliberações da Cáritas Regional de Minas Gerais e, em última instância, à Cáritas Brasileira. Diante disso, suas ações se orientam por estas deliberações. Atualmente, tem como atividade central, no que se refere à economia solidária, o projeto piloto da comunidade Boa Vistinha e a articulação das experiências coletivas da região Noroeste ao movimento nacional da economia solidária.

Diante disso, constata-se que a atuação destas organizações difere em relação à sua proximidade das bases de agricultores; tendo a Cáritas uma ação mais voltada para “fora”, no sentido da articulação com o movimento nacional da economia solidária e o CAV uma relação mais estreita com as experiências, havendo um acompanhamento mais próximo no cotidiano dos grupos. Nesta

linha de raciocínio, a ARMICOPA estaria numa posição intermediária, sendo que esta organização, ao mesmo tempo em que procura apoiar projetos e prestar assessoria aos grupos, não prioriza o acompanhamento freqüente e a formação política dos grupos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maioria das experiências coletivas percebeu-se a existência de normas e regras de gestão dos bens comuns. Estas normas são elaboradas pelos grupos de agricultores e agricultoras e são baseiam-se em diversos aspectos, que não são os mesmos parâmetros utilizados por empresas rurais, ou seja, não se orientam exclusivamente à questão da geração de resultados econômicos ou lucros individuais. Raramente observou-se uma gestão caótica, um excesso de demanda ou a subtração de benefícios de uns usuários sobre outros. Nas experiências em que não há a possibilidade de envolver a toda a comunidade ou assentamento, os agricultores e agricultoras quase sempre procuram estabelecer o número ideal de participantes, de maneira que estes possam ser beneficiados de forma justa e sustentável.

Reportando-se aos princípios de organizações sustentáveis elaborados por Ostrom (1990), pode-se constatar que as experiências coletivas mais eficientes, com maior potencial para a sustentabilidade, são aquelas nas quais se percebe a existência destes princípios ou, pelo menos, de alguns deles. Isto é, nos casos em que há limites claramente definidos no que se refere ao bem comum e à participação dos membros em que os participantes têm claros a suas funções, direitos e obrigações; em que a maioria dos membros do grupo tem o direito de participar da elaboração e ou modificação de regras, em que há mecanismos para a solução de conflitos, com o estabelecimento de acordos e consensos, e também nos casos em que as autoridades externas ou internas às comunidades e ou assentamentos reconhecem a legitimidade de tais regras e das próprias experiências.

Ao mesmo tempo, percebeu-se uma estreita ligação entre a sustentabilidade das experiências coletivas e o capital social dos grupos. Nos locais onde se percebe uma organização social sólida, seja baseada laços de



solidariedade, amizade e confiança ou em ideais políticos, há uma maior facilidade em lidar com a gestão de bens comuns e com os desafios impostos pelos empreendimentos coletivos. Mesmo que regras e normas não sejam formalmente definidos, nestes tipos de situações, os grupos desenvolvem acordos e consensos, orientados por valores culturais e objetivos comuns. As características das relações internas e a organização social dos grupos nas comunidades rurais ou assentamentos não só são determinantes da capacidade diferenciada de elaborar e respeitar normas de gestão, mas também são essenciais para o exercício da democracia e participação no interior das experiências coletivas.

Num sentido contrário, as experiências coletivas demonstraram ter o potencial de fortalecer laços de solidariedade, aumentar a confiança mútua e estreitar as relações entre os participantes, por meio da realização de diversas atividades que possibilitam interações frequentes entre as pessoas, aprendizagem e capacitação em várias áreas, tais como contabilidade de custos, qualidade de produtos, comercialização e práticas agroecológicas de produção.

Além disso, notou-se que estas experiências de empreendimentos coletivos contribuem para o estreitamento das relações dos grupos com organizações governamentais e não governamentais que se dedicam ao desenvolvimento rural sustentável, e estas mostraram ter um papel relevante no fortalecimento e evolução das experiências.

Desta maneira, constata-se que, de um lado, as características institucionais dos grupos (o capital social) são fundamentais para o alcance de apoios de organizações e agências dedicadas à economia solidária e ao desenvolvimento rural sustentável e, de outro, o trabalho destas organizações tem um papel importante no fortalecimento deste capital social que, de acordo

com uma das correntes de estudiosos do assunto<sup>8</sup>, deve ser entendido como forma de luta pelo desenvolvimento e se manifesta nos resultados concretos conquistados; resultados que podem não ser estritamente econômicos, mas se relacionarem a uma mudança nas relações de poder, no reconhecimento e valorização de um grupo social diante da sociedade, do mercado e do Estado.

Nesta perspectiva, pode-se concluir que o CAV é uma organização que tem muito a ensinar. As experiências de empreendimentos coletivos mediadas por esta organização mostraram uma trajetória ascendente, com a conquista de resultados em diversas esferas: em termos de sociabilidade, com a melhoria da auto-estima dos agricultores e a valorização do trabalho conjunto, em termos de credibilidade, tendo estas experiências conquistado gradativamente o respeito de diversas organizações, tanto em âmbito regional, quanto nacional, em termos econômicos, com o aumento da produção e da renda dos participantes. Estes resultados são consequência de uma metodologia de trabalho baseada nos valores culturais e nos conhecimentos locais, em que se prioriza as demandas dos agricultores e agricultoras e não as diretrizes das organizações financiadoras de projetos ou as expectativas de se consolidar uma rede nacional de economia solidária.

No entanto, foi possível perceber que as experiências que apresentaram o melhor saldo em termos de resultados materiais e imateriais foram aquelas que mostraram-se articuladas ao mesmo tempo, aos mercados (locais ou mais externos), às organizações de mediação e apoio à economia solidária e ao poder público. Foram também aquelas onde há o protagonismo dos agricultores e agricultoras, mas com uma coordenação compartilhada, isto é, onde há uma sinergia entre as bases e as organizações, sinalizando a importância da formação de redes de solidariedade. Então, o que se mostra fundamental é que estas redes

---

<sup>8</sup> Evans (1996), Fox (1996), Bebbington (1999), Ostrom (1990)

devem se originar das experiências locais, das potencialidades da agricultura familiar e não de objetivos propostos por organizações externas – de mediação, financiadoras, governamentais ou não governamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** HUCITEC/ ANPOCS/ UNICAMP. SP, RJ, Campinas, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada, v.4, n°2, p 379-397, abril/junho. 2000.

ABRAMOVAY, R. **Processos de construção de capital social como forma de luta pelo desenvolvimento.**2001. Disponível em: [http://www.periodicosapes/](http://www.periodicosapes/Consultado em 22 de novembro de 2004) Consultado em 22 de novembro de 2004.

ARANHA, L.A.; MARTINS, H. P. Trabalho e alienação. In: ARANHA, L.A.; MARTINS, H. P. **Filosofando – Introdução à filosofia.** São Paulo: Editora Moderna, 1986. p. 55-66.

ARMICOPA. **Estatuto da Associação Regional do Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores – ARMICOPA .** Mimeografado, 2003.

FAO/FAEPE/UFLA. **Relatório do projeto de cooperação FAO/MESA.** Lavras, MG. Mimeografado, 2004.

BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes.** London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies, 1999. 54 p.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A.(org). **20 anos de economia popular solidária:: Trajetória dos Pacs à EPS.** CÁRITAS BRASILEIRA, Brasília, 1ª edição, 2003. 145p.

BOGDAN, R. C.; BIKKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Ed., 1994. 335p.

CÁRITAS. Economia Popular Solidária. In: **Caderno 2 da Cáritas Brasileira.** Outubro de 2001.

CÁRITAS BRASILEIRA (org.). **Segurança alimentar e nutricional: A experiência de Minas Gerais.** CONSEA/CÁRITAS BRASILEIRA/ LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS; Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, M.C.B de. **Política social contemporânea e a rede de solidariedades microterritoriais**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p.16-21.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: ediciones Nueva Vision, 1974. 339p.

COCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000. p.225-256.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Londres: The Belknap press of Harvard University Press, 1990.

DIEGUES, A.C.S. Áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, T.C.M; BRUHNS, H.T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p.85-102.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.169p.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.176p.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C. e MOREIRA, A.C.C.(Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo, Nupaub/USP, 2001. p.96-124.

EVANS, P. **Government action, social capital and development: reviewing the evidency on synergy**. World development, vol. 24, nº 6, 1996. p.119-132.

FENNY, D; BERKES, F; MAcCAY, B; ACHESON, J. A tragédia dos comuns: vinte anos depois. In: DIEGUES, A.C. e MOREIRA, A.C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo, Nupaub/USP, 2001. p.17-42.

FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. **Economia popular solidária e comercialização: caminhos para a construção de novos valores**. Cartilha, 2002.

FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital en rural Mexico. **World development**, vol. 24, nº 6, 1996. p.1089-1103.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia e dádiva. In: **Organizações & Sociedade**. V.6, n14, p141-183, jan/abr. 1999.

GAIGER, L. I. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. In: **Ciências Sociais - Unisinos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. v.37, n159, p.103-151, jul/dez. 2001.

GALIZONI, F. M. Migrações, família e terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **CONGRESSO e Mostra de Ciências Humanas, Letras e Artes**. Viçosa, MG, edição magnética. 1999.

GODOY, A .S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun.1995.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUSS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000. p.125-147.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science162, 1968. p. 1243-1248.

HEREDIA, M. A .B. **A morada da vida – Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (série Estudos sobre o Nordeste; v. 7), 1979. 164p.

JUNQUEIRA, R. G .P; ABRAMOVAY,R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. In: **XLI Congresso Brasileiro de economia e Sociologia Rural**, Juiz de Fora, MG, edição magnética. 2003.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G ; LARA, F; COSTA, B.(Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Vozes: Petrópolis, 2000. p.15-38.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade. Vol II.** Tradução: Frédéric Bazin. Campinas/SP: UNICAMP, 1998. 348p.

LIMA, A. P. **A natureza da prática administrativa na produção familiar.** (Dissertação de Mestrado). Lavras, MG: ESAL.1992.124p.

LUNARDI, M. S. **Administração na unidade familiar: uma análise do programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na perspectiva dos agricultores.** (Dissertação de Mestrado). Lavras/MG-UFLA, 2000.145p.

MANÇE, E. A consistência das redes de colaboração solidária. In: **Ciências Sociais - Unisinos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v.37, n159, jul/dez. 2001. p.177-204.

MARTINS, J. de. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.185p.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva.** Tradução de Antônio Filipe Marques. Lisboa, Edições 70, 1998. 209p.

MCKEAN, M.A. e OSTROM, E. "Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?" In: DIEGUES, A.C. e MOREIRA, A.C.C.(Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo, Nupaub/USP, 2001. p.79-95.

MINAYO, M.C. S.(Org). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 78p.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra – parentesco e herança.** São Paulo: HUCITEC, 1978. 100p.

NEVES, M de A. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90.** Belo Horizonte: IRT/PUC, 1998. p 329-338.

OSTROM, E. **Governing the commons.** Cambridge, Cambridge, 1990.

OSTROM, E. Principios de diseño y amenazas a las organizaciones sustentables que administran recursos comunes. In: **De cara a la globalización: organizaciones económicas en la América latina y el caribe.** 1999.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 116p.

RIBEIRO, A.E.M. O capital mágico. In: **Fazenda Pica-Pau, Miradouro, Minas Gerais: estudo sobre a comunidade, o trabalho familiar e o patrimônio dos camponeses**. Mimeografado, 1993a. p.87-106.

RIBEIRO, A.E.M. **Fé, Produção e política – Experiências associativas de camponeses de Minas Gerais**. Comissão Pastoral da Terra. Edições Loyola, 1993b. 67p.

SINGER, P. A cooperativa é uma empresa socialista. In: **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate**. Unitrabalho, 2000. p79-92.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 126p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das letras. 1998. 493 p.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. In: **Organizações rurais e agroindustriais**. Lavras, M G; jan/jul, 1999. p.70-89.

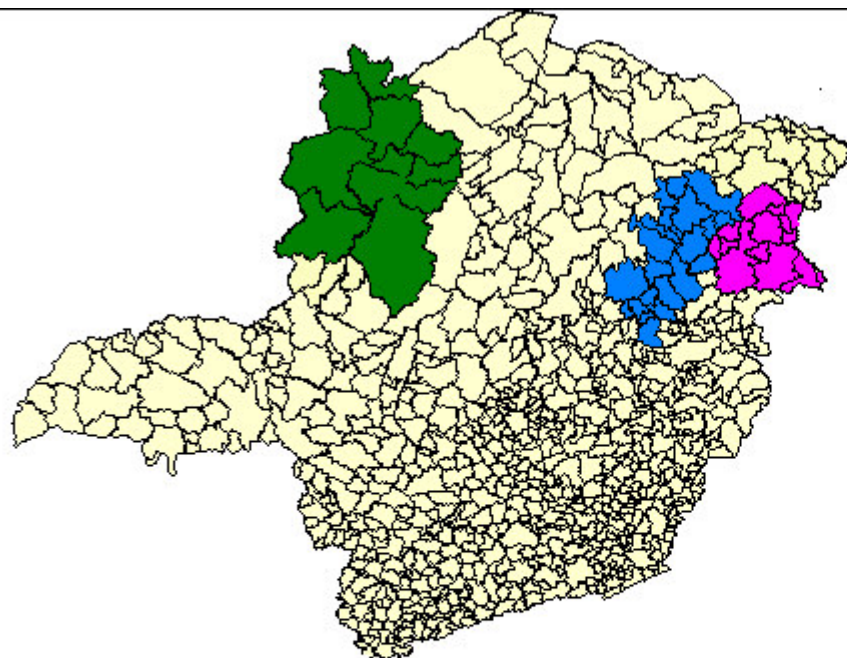
WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997. 192p.



## **ANEXOS**

## ANEXO 1

---



- Alto Jequitinhonha -CAV
- Vale do Mucuri-ARMICOPA
- Noroeste-CÁRITAS

## ANEXO 2

### Roteiro 1- direcionado às experiências coletivas

#### I- Histórico das experiências

**IP indicadores de protagonismo da experiência, IPA indicadores de participação, IRM indicadores de resultados materiais, IRI indicadores de resultados imateriais**

- 1- A experiência é formada/constituída por quem?
- 2- Número de pessoas ou de famílias
- 3- O que este grupo tem em comum?
- 4- Como surgiu a experiência?
- 5- Motivação inicial (interna ou externa) IP
- 6- Objetivo inicial
- 7- Houve mudanças de objetivos? Por que? IP
- 8- Qual é o objetivo atual da experiência?
- 9- Há quanto tempo essa experiência existe? IRI
- 10- Atividade principal deste grupo
- 11- Quais têm sido os ganhos econômicos devido à essa experiência conjunta?

#### IRM

- 12- Há participação de homens, mulheres, jovens? IPA
- 13- Quantos homens? quantas mulheres? quantos jovens? IPA
- 14- A participação da comunidade na experiência tem aumentado? IPA
- 15- Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do grupo? IPA
- 16- Esta experiência tem proporcionado ganhos sociais? Quais? IRI
- 17- Quais as perspectivas futuras?

II- Para experiências de produção/beneficiamento/ comercialização

- 1- O que é produzido/beneficiado/comercializado
- 2- Com que frequência IC
- 3- Qual é a renda gerada para as famílias IRM
- 4- Há preocupação com a qualidade do produto? IRI
- 5- Existe marca própria do grupo? Se sim, como surgiu? IRM, IP
- 6- Perspectiva de criá-la IM
- 7- Como acontece a comercialização? Em conjunto, individual, rodízio, etc. IP, IPA
- 8- Canais de comercialização IRM
- 9- Presença de intermediários IRM
- 10- Existem clientes fixos? IRM
- 11- O produto é conhecido no comércio?

III- Informações sobre os bens comuns

- 1- Quais são os bens comuns da experiência conjunta? IP
- 2- Como foram adquiridos? IP, IPA
- 3- Qual é o seu uso?
- 4- Qual o seu benefício para a comunidade ou associação? IRM, IRI

IV- Informações sobre as normas de uso e convívio:

- 1- Como é a convivência entre as pessoas que participam da experiência? IRI
- 2- Existem normas de convívio? IRI
- 3- Quais são?
- 4- Como foram elaboradas? IP
- 5- Por quem? IPA
- 6- São sempre respeitadas? IRI, IP
- 7- Quando não são?

- 8- O que acontece neste caso?
- 9- Existem normas para o uso dos bens pertencentes à experiência? IRI
- 10- Quais são as normas existentes? IRI
- 11- Quem participou deste processo de construção das normas? (atores internos, externos ou ambos) IP, IPA
- 12- Quando?
- 13- Por quê? IP
- 14- Houve uma participação de homens, mulheres, jovens e pessoas idosas? IPA
- 15- Há uma preocupação em contemplar a todos: mulheres, homens, jovens e idosos? IPA
- 16- De quanto em quanto tempo elas são revisadas? IRI
- 17- Há formalização destas regras?
- 18- Costuma haver ou já houve algum tipo de fraude ou burla? IP
- 19- Quais as possibilidades de haver fraude ou burla?
- 20- Como se resolve esses casos? há penalidades? Quais?
- 21- Quais as recompensas ou benefícios adquire quem cumpre as regras?
- 22- Quem aplica a pena ou fornece a recompensa? IPA, IP
- 23- Os membros do grupo têm informação clara e plena sobre as normas, penalidades e recompensas? IP, IPA
- 24- Há formalização na aplicação das normas?
- 25- Há formalização na aplicação das penalidades?
- 26- Há vigilância no cumprimento das normas?
- 27- Por quem? IPA
- 28- Como são distribuídos os benefícios advindos da utilização destes bens? IPA

V- Parcerias, apoios externos e avaliação das organizações locais de mediação (Cáritas, CAV ou ARMICOPA) pelos participantes dos grupos específicos

**IPO- indicador de proximidade da ONG com os grupos**

- 1- Parcerias e apoios externos. Existem? IRI
- 2- Quais são? IC
- 3- Como foram alcançados? IP
- 4- Benefícios em decorrência dessas parcerias IRM ou IRI
- 5- Problemas em decorrência dessas parcerias IP, IPA
- 6- Quais têm sido as ações/projetos da ONG nessa experiência? IPO
- 7- Ha quanto tempo esta organização atua nessa experiência? IRI
- 8- Estas ações/projetos foram planejadas em conjunto com o grupo? IP, IPO
- 9- A organização mediadora propicia a participação de mulheres, jovens e pessoas idosas nestas ações ou projetos? IPA
- 10- A organização mediadora faz um acompanhamento da experiência? IPO
- 11- Com que frequência? IPO
- 12- Quais têm sido os benefícios alcançados pelo grupo graças ao apoio da organização? IRM ou IRI
- 13- Quais têm sido os problemas nessa parceria? IP, IPA, IPO
- 14- Quais as expectativas do grupo em relação à essa organização?

Roteiro 2 – para os técnicos(as) das organizações locais de mediação

- 1- O que é economia solidária na concepção dos técnicos (as)
- 2- Qual é a relação da organização com o setor público
- 3- Quais as fontes de recursos a organização possui para a economia solidária?
- 4- Quanto destes recursos são disponíveis para ações nas experiência específicas?
- 5- Qual é (tem sido) a oferta de bens materiais para as experiências em estudo?

- 6- Qual é o objetivo dessa oferta (um fim em si mesma ou um método)? IPO
- 7- Quais têm sido as ações/projetos da organização em relação às experiências em estudo? IC, IPO
- 8- Como estas ações/projetos se inserem no programa de economia solidária da organização? IPO, IC
- 9- Quantos técnicos(as) para o trabalho nestas experiências?
- 10- Como são eleitos os objetivos e prioridades dos projetos nessas experiências IPA, IP
- 11- A organização procura a participação de homens, mulheres e jovens no planejamento e execução dos projetos e ações nessas experiências? IPA, IP
- 12- É realizado monitoramento e avaliação destas ações/projetos? IPO
- 13- Como? IPA
- 14- Com que frequência?
- 15- Resultados alcançados nessas ações específicas IRM, IRI
- 16- Dificuldades encontradas IPO, IPA
- 17- Como a organização avalia as experiências? IPO

### ANEXO 3

Tabela de amostragem

Critérios: (1) baixo, (2) médio, (3) alto	Locais a serem selecionados		
	Comunidade X	Comunidade Y	Assentamento A
Tempo do assentamento			
Frequência de vendas regulares no mercado			
Trajetória com experiências conjuntas			
Inserção da organização mediadora			
Número de famílias			
Proximidade dos centros urbanos			